

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 8 • 1999 / 2000



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
1999 / 2000

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 8 • 1999/2000 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso

PREFÁCIO - Jorge de Alarcão

FOTOGRAFIA - Autores assinalados

DESENHO - Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados

PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação da
Câmara Municipal de Oeiras

CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do
Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas, 2745-615 BARCARENA

*Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange Wanted
Tauscherverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Impresse 4

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

ARQUEOLOGIA E PRÉ-HISTÓRIA: ALGUNS TÓPICOS DE REFLEXÃO

por Vítor Oliveira Jorge (*)

0. Breve explicação

Desde fins de 1998 que venho semanalmente colaborando na página de "cultura" do "Jornal de Notícias" com uma coluna intitulada "Patrimónios Partilháveis". Os textos que se seguem têm como base algumas das "crónicas" que pertencem a esse conjunto, mas que, naturalmente, foram um pouco remodeladas antes de serem apresentadas nesta revista. De qualquer modo, mantêm a sua matriz original de reflexões ensaísticas, curtas, algo erráticas, que revelam tanto dos assuntos tratados quanto das minhas próprias preocupações (ou preferências, ou mesmo até obsessões, se se quiser) como arqueólogo.

Espero que, ainda assim, como tópicos de desenvolvimento futuro, sejam úteis aos leitores - na medida em que lhes suscitem aprofundamentos e procuras em múltiplos sentidos.

Cada um de nós escolhe um caminho para interrogar, e tentar perceber, o mundo em que se insere (no meu caso, esse "caminho" foi a arqueologia pré-histórica) - e a determinado passo (se não, mesmo, continuamente) é surpreendido pelas questões mais triviais, mais básicas. Toma consciência da sua incomensurável impreparação e ignorância, e assalta-o a suspeita de que talvez outro caminho tivesse sido mais compensador...

Mas sobretudo, relendo o que se escreveu, com frequência nos apercebemos da trivialidade das nossas afirmações, e da dificuldade de encontrar as fórmulas claras e inteligentes que desde a nossa juventude perseguimos. Estamos presos no discurso e, por vezes, atolados nos seus mais banais lugares-comuns - o que é custoso de aceitar depois de tanto esforço, de tão longa caminhada! Mas, se não nos tivéssemos tentado dirigir aos outros - neste caso, aos não arqueólogos - para ousar explicar o que procuramos, e qual o sentido do nosso trabalho, talvez nunca nos tivéssemos con-

(*) Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

frontado com essa radical fragilidade. Confrontação útil, tanto no plano humano (permite-nos superar alguma arrogância que traduz sempre uma certa doença da auto-confiança) como no plano científico (cuja própria base é a auto-crítica permanente, e a tentativa de objectificar o mundo, tentando apartá-lo das crenças enraizadas no sujeito observador).

Agradeço ao director desta revista a disponibilidade e generosidade com que acolheu um conjunto de reflexões esparsas, algumas das quais abordei com mais desenvolvimento noutros lados, mas que ainda sonho poder um dia concatenar (pelo menos em parte!) em obra proporcional (no desenvolvimento factual e argumentativo) à vastidão das questões que me atrevo a formular.

1. Responsabilidade e dificuldades do historiador

O desafio maior que enfrenta um historiador é o de não se deixar enredar nas teias do evolucionismo, ideologia oriunda da filosofia das Luzes, e tão dominante no mundo académico (com vários matizes) desde o século passado.

Ser historiador sem ser evolucionista significa escrever uma história plural; uma história observada de múltiplos pontos de vista, de acordo com os valores das várias civilizações e culturas. Uma história que não seja "a história universal do caminho para a hegemónica civilização branca, ocidental, cristã".

Significa, em suma, ser também antropólogo, multiplicar os ângulos de visão - o que é extremamente difícil, não nos iludamos. E se isso é válido para quem trata da história recente (dos últimos milénios, ou séculos, conforme os casos), ainda é talvez mais importante para quem se debruça sobre períodos longínquos (os chamados preconceituosamente "pré-historiadores"), onde nos defrontamos com o absolutamente outro, mesmo que esse absolutamente outro se situe sob os nossos pés sob a forma de vestígios arqueológicos do nosso território.

Temos de nos libertar do velho modelo das três "revoluções", que teriam afectado o Ocidente europeu: antes da revolução industrial, ter-se-ia verificado a revolução urbana e, antes desta, a agrícola-pastoril (neolítica). Ambas estas duas últimas teriam tido o seu embrião no Próximo Oriente, e ter-se-iam espalhado para a Europa segundo modelos que ainda hoje se discutem (sobretudo no caso do Neolítico).

Após uma época difusionista, em que todas as "invenções" se atribuíam a centros criadores (modelo histórico-cultural, normativo, próprio da primeira metade do séc. XX), sucedeu-se uma fase em que se procurou explicar as grandes mutações através de fenómenos endógenos, cujo "motor" era, por assim dizer, intrínseco ao próprio funcionamento dos sistemas sociais.

Estes iam criando, com o tempo, disfunções (ou tensões, mesmo conflitos) que os levariam a "evoluir" para novos estádios. Tais "disfunções" poderiam resultar de desafios do meio; ou de outras variáveis independentes inerentes à sociedade, como a tendência para o aumento demográfico

uma vez conseguida a sedentarização; ou de contradições internas (tão ao gosto dos marxistas) entre as "forças produtivas" e as "relações sociais de produção"; ou de vários desses factores combinados, simultanea ou sucessivamente.

Encontrar as "leis", ou pelo menos as "regularidades", subjacentes a estas transformações foi a ambição de muitos; enquanto que outros, mais descritivos, ou particularistas, sempre foram partidários de que a história é vocacionalmente uma narrativa, uma ordenação lógica entre o antes e o depois, sem tratar de encontrar princípios explicativos rígidos que, ou são banais, ou pura e simplesmente são reducionistas da riqueza do real acontecido.

E estes últimos não se preocuparam com a crítica dos seus oponentes ao perigo que os espreita: o de confundirem descrição com explicação, antecedentes temporais com factores causais.

Seja como for, a história, resultando de um esforço de objectividade, é sempre um esforço de alguém, comprometido com um tempo e um lugar - a história é também sempre um produto histórico. Mas é nesta polifonia, nesta multivocalidade, que ela encontra todo o seu interesse. A humanidade da história está simultaneamente no seu esforço para a objectividade e o consenso, e no seu esfarrapamento constante pelo tempo, pelo jogo dos interesses, pela circunstancialidade dos juízos - pelo dissenso.

2. História humana, objectificação da natureza e sua socialização

Podemos ser tentados a encarar a história humana, na sua totalidade, como uma sucessão de etapas de "separação" das comunidades de seres da nossa espécie em relação àquilo que hoje chamamos a "natureza". Trata-se de uma perspectiva eivada de certo evolucionismo - ideologia oitocentista de que somos "filhos", por mais que dela nos queiramos emancipar...

Aquele processo seria simultaneamente técnico, económico-social, mas também (e sobretudo) ideológico.

De facto, o "Homo sapiens sapiens" ("homem moderno") existe há pelo menos 100.000 anos, mas é nos últimos 40.000 que notamos uma primeira "explosão" criativa que o leva, senão às "primeiras" formas de "arte", pelo menos à sua proliferação por vários pontos do planeta, com particular incidência na Europa. É esta, pelo menos, a visão pontualista dos que se opõem ao gradualismo da evolução cultural.

Fixar uma imagem na pedra, ao ar livre ou em espaços subterrâneos, é produzir um signo, objectivar uma intenção de sentido codificado, que pode depois ter, ao longo do tempo, uma multiplicidade de leituras.

Estamos então perante sociedades que não fixam só imagens: provavelmente são também capazes de conservar alimentos, que podem depois consumir de forma diferida.

Imersas ainda na "natureza", que provavelmente humanizam, socializam, povoando-a de senti-

dos, estabelecem em relação a ela uma primeira ruptura, ao monumentalizarem espaços através da aposição de símbolos. Transformam-na num sistema mnemónico. É isso que nos ensina, por ex., o vale do Côa, do Paleolítico superior.

Mais tarde, a partir de há uns 9 ou 8.000 anos, e até às primeiras sociedades "estatais" ou proto-estatais (c. de 3.000 anos a. C.; na Europa ocidental, c. de 1.000 a. C.) as comunidades "domesticam" a natureza, colonizam-na intensamente, deixando marcas importantes no espaço - é a proliferação da arquitectura perdurável.

Túmulos, dispositivos habitacionais, recintos mais ou menos monumentais, povoam o espaço, constituindo pólos de humanização da paisagem e definindo núcleos de identidade territorial. Uma "separação" mais radical em relação à "natureza" opera-se: esta é agora um objecto que se manipula, que se transforma, construindo-se cenários de acção que fixam uma memória diferente e ajudam à criação de mapas mentais de um novo tipo.

São sociedades ainda da oralidade, em que todo o saber é sobretudo um "saber fazer", um não dito, que passa de geração em geração. O saber é algo de óbvio, que toda a gente domina, e em que a gestualidade, o raciocínio e a expressão verbal estão imbricados.

Dos primeiros espaços naturais monumentalizados dos caçadores, aos territórios densamente antropizados dos agricultores e pastores, onde os "monumentos" são construídos de raiz e se sobrepõem aos acidentes topográficos ("jogando com eles"), vai um mundo de diferenças.

Mas uma terceira e mais radical "separação" dá-se com as sociedades estatais, estratificadas, onde se cria uma "cultura de corte" e onde a escrita serve para fixar um saber técnico-esotérico que é instrumento de dominação das elites sobre a grande maioria iletrada.

O actual mundo globalizado, em que o planeta é visto "de fora" (no olhar dos astronautas, incorporado por cada um de nós), em que a "natureza" deixou de ser uma envolvente para ser um objecto (pretensamente) manipulável, seria assim apenas a última etapa de um longo processo.

O que se seguirá? A modelização da nossa inteligência numa máquina? Eis a grande incógnita, pois só no tempo longo as cesuras profundas da história humana ganham evidência. Ou, pelo menos, julgamos poder perspectivá-las com alguma distância.

3. Conjuguar a arqueologia no plural

A arqueologia é um saber/actividade que tem interpretações muito diferentes, desde a versão popular - que a associa à aventura da descoberta -, até à mais erudita, que a apresenta como uma prática de grande responsabilidade, porque pode destruir os seus elementos de análise à medida que procede ao respectivo estudo - "intervir" num sítio é alterá-lo irremediavelmente. Na verdade, nós não descobrimos sítios arqueológicos - nós, na prática, com as nossas observações e restauros, construímos esses sítios.

Para uns, "minimalistas", a arqueologia só existe quando se fazem escavações, quando se exuma, do solo ou da água, algum objecto ou estrutura do passado que estava previamente escondido(a).

Arqueologia, nesta visão, é essencialmente o estudo de restos, ruínas, vestígios. Que se destinam, antes do mais, a completar a "outra" história, a que se faz com documentos escritos. Quer esse "completar" seja no sentido do tempo (abarcar épocas anteriores à escrita, ou pré-história), no sentido do espaço (integrar na "história universal" povos ou culturas recentes, mas sem escrita), ou, ainda, no sentido descendente das sociedades como realidades complexas, verticais, competindo à arqueologia desvelar os pequenos gestos quotidianos, as técnicas, ou seja, o "povo miúdo" e o pulsar da vida local a ele associado, inserindo-os de algum modo na "história".

Alguns só conseguem dar valor aos "dados arqueológicos" na medida em que os julgam poder relacionar com "factos históricos" ou feitos colectivos relevantes. O anacronismo ou absurdo a que tal atitude pode levar são evidentes - para esses autores, só é interessante, só vale a pena documentar, aquilo que se prende, directa ou indirectamente, com a acção de um povo ou de um agente "conhecido" na história (um estrato com carvões é atribuído a um incêndio provocado por uma determinada campanha militar, por ex.). Toda a arqueologia moderna se construiu contra esta visão profundamente conservadora.

Outros, interpretam tais "dados arqueológicos" como indícios de uma realidade social estável (estática?) plasmada em "culturas" (a denominada "cultura castreja", por ex.), tendendo a pensar que formas idênticas correspondem em regra às mesmas funções e até aos mesmos sentidos. O simplismo, ou reducionismo de tal atitude, chegam a ser comoventes, de tanta inocência teórica que testemunham.

Outros, ainda, só atribuem importância aos "vestígios" arqueológicos quando estes têm valor estético, ou são particularmente raros ou antigos (esta é uma versão que também vem na linha dos "antiquários" e dos "historiadores de arte" tradicionais).

Finalmente, para muitos outros - a que os minimalistas chamarão "maximalistas" - a arqueologia abarca, hoje, um campo muito mais vasto do que no passado (séc. XIX, 1ª metade do séc. XX).

É, não só uma forma alternativa de história, como uma herança peculiar no modo de ver o mundo. E portanto o seu objecto é todo esse mundo, material, e prenhe de significações, que nos rodeia: a paisagem, o território, desde a escala local à global - o que vai entroncar necessariamente com valores ambientais e outras envolventes.

E essa herança (a "disciplina" e ramo de actividade que a arqueologia constitui) é, em si, também um importante património, vivo, e portanto em transformação semântica constante. Em vez de ter fronteiras rígidas, a arqueologia derrama-se e espalha-se em mancha de óleo e entronca com o alastramento simétrico de outros campos de saber - a que disputa a atenção do "público".

4. Importância do debate teórico em arqueologia

No início do seu célebre manual de Arqueologia (1ª ed. ingl., 1991), Renfrew e Bahn mostram

como o desenvolvimento da disciplina resulta inextricavelmente da articulação de métodos, descobertas produzidas pelo trabalho de campo, e ideias (ou teorias). E explicitam: "A história da arqueologia é, assim, em primeiro lugar, uma história de ideias, de teorias, de modos de encarar o passado."

A articulação íntima entre estes aspectos torna óbvio que qualquer dado arqueológico nunca existe de per si, em bruto (como quereria um empirista), mas é o produto de uma expectativa, de um conhecimento prévio, de um conjunto de formas de ver e de descrever a realidade e, portanto, já está impregnado de "teoria".

Teoria, aqui, não significa "teoria de grande amplitude" (como, por ex., em biologia, a teoria da selecção natural das espécies), mas, tão só, algo que não é dado pela observação em si. Implica uma teoria sobre o que é teoria, e sobre o que é ver: ver não é re-conhecer e registar; ver é uma atitude activa que projecta automaticamente o observador na realidade observada. Não há nenhum "olhar" anterior à "interpretação" que esse olhar, se é inteligente, implica - ou então seria o olhar omnisciente de Deus, o que está fora do campo da ciência.

Só vemos o que estamos preparados para ver; ou seja, o que vemos, vemo-lo necessariamente dentro de uma certa óptica, de uma certa perspectiva. E portanto, por definição, a realidade não é algo de estático, de que eu me vou aproximando paulatinamente (como quereriam os positivistas, que com frequência são aliados dos empiristas), por acumulação de observações ou recolha de dados.

A realidade "recua" à minha frente no sentido de que é um horizonte dinâmico que se perfila diante dos meus olhos e se furta ao meu abraço - como uma miragem, se quiserem. Eu quero ter uma visão de conjunto, coerente se possível, mas há sempre alguma anomalia que destoa, que incomoda, que não se ajusta - e ainda bem, porque é essa mola que constitui o impulso para eu continuar a procurar.

Dito isto, será esta uma posição relativista total? Longe disso. Precisamente porque a realidade não é estática, e porque o pensamento é também dinâmico, eles são duas entidades dialógicas.

E cada um dos seus momentos está posicionado historicamente, segundo o tempo, o lugar, a perspectiva do observador. Cada época - cada contexto epistemológico - produz a sua realidade, em íntima conexão com a ordem social e com a cosmovisão que as técnicas de produção em geral lhe permitem.

Há uma mundividência criada pela época do moinho de vento, da máquina a vapor, ou do computador pessoal - que são claramente diferentes umas das outras (sem que com tal se pressuponha a determinação directa de umas pelas outras), em articulação com as "relações de produção" de cada período. Essas mundividências são produtos históricos como outros quaisquer - não há nada que escape ao universo da história (mesmo o saber científico mais aparentemente objectivo e securizante) a não ser, mais uma vez, um Deus trans-histórico que não faz sentido em ciência.

Mas isso não significa que não haja uma certa cumulatividade do conhecimento científico; por ex, não quer dizer que eu, de certo modo, não veja "mais" do que um antecessor meu do séc. XIX.

Disponho hoje de uma experiência acumulada que herdei; de técnicas e de métodos que os pioneiros do conhecimento não tinham; e, mesmo ao nível da experiência estética, por ex., eu posso hoje usufruir de séculos de música, a que manifestamente as pessoas do início do séc. XX, entre outras, não acediam.

Se olharmos para a frente, somos confrontados com o profundo nevoeiro da nossa ignorância; somos como crianças querendo decifrar o mundo - e isso é uma forma de energia criativa, de alegria e de felicidade.

Porém, se olharmos para trás, verificamos a extensão do caminho percorrido.

5. Os grandes paradigmas explicativos em arqueologia

As grandes etapas epistemológicas de evolução da arqueologia - entendida como uma vontade de construir uma história da humanidade a partir de objectos materiais, promovidos à categoria de "documentos" - não são, como seria de esperar, uma sucessão aleatória de paradigmas ou de "grandes" teorias.

Exprimem, de forma indirecta, situações geo-estratégicas muito concretas, em que certos quadros mentais, que presidiram à procura e à explicação dos "fenómenos", se relacionam com fases de relacionamento da "cultura ocidental" (a criadora da "ideologia" e da prática arqueológicas) com as restantes, no quadro mundial.

Fases que decorrem do séc. XIX - em que verdadeiramente a arqueologia se institui como ciência - até hoje.

Muito esquematicamente, do meu ponto de vista, dá-se o seguinte. O primeiro desses paradigmas é o evolucionismo. Consiste na assunção de que a humanidade passa por uma série de estádios, que vão desde o primitivo, ao selvagem, e ao civilizado. Vem na tradição dos filósofos das Luzes, e afirma-se no séc. passado. Corresponde historicamente à expansão da civilização ocidental, à fase de contactos, conquistas e primeiro domínio de povos espalhados pelo mundo. Radica numa ideologia optimista sobre a capacidade de cada povo, autonomamente, percorrer aquela trajectória (naturalmente, com a "ajuda" da nossa civilização).

O segundo paradigma, histórico-cultural, descritivista, preocupado com as cronologias e as evoluções regionais, considera que as invenções se dão apenas em certos centros, difundindo-se para as periferias. Corresponde à primeira metade do nosso século, ao colonialismo, e à racionalização da exploração ocidental sobre as outras.

O processualismo, que surge nos anos sessenta, é coetâneo do neo-colonialismo, e de uma forma mais subtil de hegemonia do "Ocidente". Cada povo conhece o seu desenvolvimento próprio, endógeno, em relação com o meio, embora todos se integrem num processo neo-evolucionista que, em última análise, legitima a caminhada para uma convergência cultural subordinada a certas regularidades (para não dizer "leis").

Por fim, o contextualismo é a ideologia da civilização global, da extensão do capitalismo (na sua fase "financeira") a todo o mundo. Cada zona, cada época, cada manifestação cultural têm os seus valores próprios, historicamente determinados, contingentes. Os estudos económico-sociais são importantes, mas o que conta sobretudo é explicar o "registo arqueológico" em termos simbólicos. A "cultura material" não é passiva, simples reflexo de outros fenómenos, mas construtora activa de identidades e de diferenças. Só que, como os "sentidos" particulares dessas identidades são extremamente difíceis de determinar a partir de materialidades (no limite, obviamente impossíveis, sobretudo para épocas remotas), a arqueologia contextual (ou pós-processual), pelo menos nas suas formas iniciais, acaba por recorrer a explicações extremamente abrangentes, de tipo ideológico-simbólico. O seu pluralismo de abordagem é a outra face do seu globalismo, totalizante, de resolução interpretativa. Todos têm direito à sua especificidade, porque essa especificidade se encontra completamente subsumida dentro do sistema mundial; já não é, por isso, "problema". Pode assim corresponder a um neo-liberalismo explicativo, pós-moderno; pode apresentar facetas eventualmente interessantes, pluralistas, nos que também pode ter resultados relativistas e preocupantes.

No entanto, os melhores autores (Renfrew para o processualismo, Hodder e Tilley para o pós-processualismo, por ex.) descolam-se facilmente das etiquetas de época ou postura "filosófica". Um autor é sempre mais multifacetado do que o seu "programa" - e é nisso, nessa "desobediência" ao que os outros dizem que ele é, que ele se torna interessante.

6. Ciclos da história da arqueologia

Quando olhamos para a história da arqueologia, não como uma sucessão de descobertas, mas como uma sequência de paradigmas, de formas de pensar o "passado", notamos uma hipótese de ciclicidade interessante.

Existe como que um movimento alternado, de ciclo e contra-ciclo, entre a tendência para as grandes explicações abrangentes, e a disposição oposta, para a descrença nelas e para a volta à "particularidade" dos "dados". Explico-me.

Nas perspectivas evolucionistas - que vinham dos filósofos iluministas - a ideia era traçar um quadro geral, lógico, da evolução da humanidade. Elas dominaram a segunda metade do séc. XIX.

Na visão histórico-cultural, que é hegemónica na primeira metade do nosso séc., descrê-se dessa panorâmica. O que é importante é desenvolver trabalho de campo, descrever os dados, tentar reconstituir a partir deles factos históricos, mostrar a diversidade da experiência humana. Tão obcecada estava esta perspectiva com esse esforço de se "voltar para o real", que acabou, em muitos casos, num mero descritivismo particularista, num exagero de sentido oposto ao do evolucionismo. Explicava a emergência de muitos fenómenos culturais por um mecanismo de difusão, e era, como já afirmei, o pano de fundo ideológico do colonialismo.

A reacção contrária viria nos anos 60, com a "nova arqueologia" americana, conhecida como processualismo na Europa ocidental. Exigiu um novo fôlego explicativo, valorizando as hipóteses e procurando contrastá-las com os dados (método dedutivo), recorrendo à teoria dos sistemas, à articulação das sociedades com o meio, ao tratamento quantitativo da informação, aos conhecimentos da antropologia neo-evolucionista, ao comparativismo entre processos muito afastados no tempo e no espaço; almejou encontrar uma espécie de "leis" da história da humanidade. Tendeu a valorizar muito os processos endógenos (evolução local), em relação aos exógenos (difusão a partir de centros "criadores"). Era o reflexo teórico da era pós-colonial (ou neo-colonial) do Ocidente. Uma ideologia que pressupunha a capacidade local das sociedades "evolurem" de forma independente - um cumprimento implícito às "elites libertadas" após a descolonização.

As contestações que se fizeram sentir a partir dos 70 até hoje, conhecidas como "pós-processuais" ou "interpretativas" (e dispersas numa grande diversidade de pontos de vista), representam um novo ciclo de reacção a essa visão demasiado abrangente. Por isso, são dificilmente sistematizáveis - uma vez que um dos seus pressupostos é a liberdade de afirmação individual, na medida em que a forma de expressão do autor, a sua voz, irrompe por debaixo da crosta lacada da "ciência".

As "explicações" processuais só esclareciam o evidente, ficando por compreender a complexidade e contingência do acontecer histórico, ou seja, o mais importante. Era preciso voltar à informação existente, sim, mas encará-la, não como reflexo de tendências gerais, regularidades trans-regionais e trans-temporais, mas de experiências particulares, produto de comunidades de seres auto-reflexivos, onde o papel do simbólico tem uma larga importância, e mascara, sob a igualdade das formas, a diversidade dos comportamentos e dos sentidos (ou vice-versa).

Se levada às suas últimas consequências, esta postura implica um forte cepticismo em relação à capacidade da arqueologia, sobretudo pré-histórica, poder aceder a qualquer conclusão minimamente fiável. Inquietando os espíritos mais desejosos de estabilidade, conforta os que se alimentam (com ou sem nostalgia) da contingencialidade intrínseca a toda a acção e pensamento humanos. Se a realidade é assim, circunstancial e frágil, de que vale lutar contra a maré, perseguindo mitos, teologias ou teologias da razão?...

Os arqueólogos ficaram, pois, com duas "batatas quentes" (passe a vulgaridade da expressão) na mão - como deduzir "sentidos" de simples materialidades com que em geral a arqueologia lida, por um lado, e como atingir o particular (e, em última análise, o individual) a partir de uma informação que, em regra, corresponde a um espectro ínfimo da experiência humana, uma vez que só uma parte muito pequena desta se "fossiliza", directa ou indirectamente?

7. Razão de ser da arqueologia - sua autonomia e sua porosidade

Tenho sempre tentado impedir a "aspiração" da arqueologia por outros domínios da ciência, dando-lhe consistência, recentrando-a, e mostrando-a depois como um saber irradiante.

Trata-se, se se quiser, de um projecto de política cultural, de afirmação de um campo de saber e de actividade, nos antípodas do sensacionalismo das "descobertas" à Indiana Jones. Esta ideologia, comum no "grande público", é o nosso maior adversário, pois nos cantona numa actividade facilmente ridicularizável.

Divulgar precocemente "descobertas", fazendo depender delas mudanças estruturais na nossa apreensão do passado, é o pior serviço que se pode prestar a uma arqueologia séria, como prática científica e cultural. É ceder ao mais primário empirismo, ao mais banal positivismo. Mas, hoje, poucos (excepto os muito tímidos) resistem ao fascínio do convívio fácil (isto é, sensacionalista) com os "media", ou das vantagens que advêm de posições de destaque social. Há arqueólogos que, para o serem, se transformaram em verdadeiros empresários, gestores, ou administradores, abdicando, acto contínuo, de serem arqueólogos. Vão atrás da óbvia miragem: já que o sistema (desordenado, centralizado, arcaico e pobre) não pode integrar muitos projectos interessantes, então que integre pelo menos o seu, que é interessante com certeza. Mas, quem os critica pode passar, aos olhares do público ou dos colegas, por frustrado ou despeitado por não usufruir de condições semelhantes, continuando uma vida inteira a "gerir" uma situação de amadorismo. E, assim, por receio de parecer despeitado, quem não tem condições para trabalhar continua a trabalhar à mesma, num sacrifício constante, evitando parecer o que, de facto, é.

Quando as grandes "conquistas" da arqueologia se impõem, elas tendem a ser rapidamente reivindicadas por outros saberes concorrentes (era nesse sentido que acima dizia que correm o risco de ser "aspiradas" por tais saberes - lei-se, claro, poderes). Alguns exemplos. A origem e evolução do "homem" é hegemonizada pela paleontologia, pela genética humana, pela geologia do Quaternário. As primeiras formas de "arte" são tratadas como "arte rupestre", isto é, como um campo pseudo-autónomo, universal, que é espreitado pelo apetite da história das religiões e dos mitos (campo propício a interpretações fantasiosas e anacrónicas), das ciências cognitivas, etc. Quando um elemento arqueológico (cidade romana, por ex.) adquire feição monumental, tende a ser "colonizado" pelas pessoas do património arquitectónico, pelos especialistas da história antiga, pelos que tratam do "restauro" (há algum restaurador de campo em Pré-história, em Portugal?). Quando se aborda a "arqueologia industrial", intervêm pessoas que muitas vezes são mais historiadores da tecnologia, ou da indústria, do que propriamente arqueólogos. Quando se vai para as datações absolutas, como o radiocarbono (que obviamente são apenas um instrumento, não um fim em si), fica-se por vezes na dependência dos físicos, e doutros especialistas das ciências "duras". Quando se recorre à paleobotânica, ou à arqueozoologia, logo algumas pessoas das ciências naturais imaginam poder hegemonizar o nosso campo, traçando a "acção humana" num quadro natural tão fascinante quanto, as mais das vezes, redutor e simplista. Há até certos colegas que os ajudam nesta tarefa.

De modo que, para alguns, a arqueologia reduzir-se-ia a uma actividade técnica, que, finalmente, estaria ao serviço da História. Daí a figura do "prático de campo", que tanto escava um sítio pré-histórico como um medieval, no afã dos ditos "salvamentos" ou "emergências", metáfora moderna

da destruição maciça de uma boa parte dos testemunhos do passado.

É a esta arqueologia subordinada ou tecnocratizada - aceite, explícita ou tacitamente, por muitos - que sempre me opus.

Foi esta noção secundarizada da arqueologia, correlativa de uma assustadora falta de meios para a maior parte das pessoas/equipas que pretendem fazer pesquisa no nosso país, que ideologicamente sustentou a criação do actual modelo de Instituto Português de Arqueologia.

Uma nova administração dos bens arqueológicos passa também por uma reflexão profunda, que os arqueólogos não podem transferir para ninguém. Para entretanto se poderem realmente abrir à colaboração interdisciplinar, entre pares, e à sua inserção profunda no pulsar colectivo.

Mas a montagem de tal administração, esfumado que foi o efémero poder mediático ganho pela arqueologia com o "caso Côa", vai implicar longas décadas de desenvolvimento cultural colectivo. Porque isto aprendemos: enquanto os poderes políticos não perceberem nada de arqueologia, ou só perceberem superficialmente que ela rende prestígio, qualquer conquista é frouxa e de curto prazo.

O problema é que os recursos arqueológicos são bens finitos. E enquanto esperamos que as consciências se desenvolvam, para perceberem o que estão a perder, as máquinas escavadoras, nas cidades e nos campos, não param no seu afã de revolver até ao sabugo o solo e o sub-solo. De modo que, quando a consciência patrimonial for atingida, um dia mais tarde - lamentando não ter criado a tempo o instituto público que se impunha, com as suas divisões regionais operacionais - já grande parte daqueles recursos estarão perdidos. Nessa altura, ninguém poderá dizer que não houve quem, a tempo, os tenha tentado avisar.

8. Fragilidade da concepção de "cultura" no seu sentido arqueológico"

Certos arqueólogos utilizam com muita frequência a palavra "cultura(s)" para caracterizar a(s) entidade(s) com que (já a um certo nível de interpretação e de síntese) mais frequentemente trabalham. Tais arqueólogos visam reconstituir a duração, extensão e modo de "funcionamento" dessas entidades passadas, as tais "culturas".

Isso seria particularmente pertinente para a Pré-história, em que se não dispõe de "povos" ou de agentes individuais como "actores" do devir: então, para Gordon Childe e autores afins, as "culturas" tomariam aí o lugar que as sociedades desempenham em épocas mais recentes da história.

Mas também a Proto-história (basicamente, a Idade do Ferro, no 1º milénio a. C.), onde por vezes já se dispõe de algumas fontes escritas (ou se pretende projectar num momento anterior - Idade do Ferro - nomes ou características de povos que aparecem citados em fontes ulteriores, por ex. romanas), é um período em que as referidas culturas costumam desempenhar um papel importante no discurso tradicional da arqueologia. Quem não ouviu já falar da "cultura castreja", por ex., como um dado adquirido da Proto-história e época romana do Noroeste de Portugal?...

Segundo a definição clássica, própria da "escola histórico-cultural" da primeira metade do nosso século, uma cultura arqueológica seria constituída por um conjunto de itens (artefactos "típicos") recorrentes, que apareceriam, portanto, de forma associada numa dada região, durante determinado período de tempo.

A ambiguidade destes conjuntos, é que facilmente deslizam da sua natureza basicamente material, estática, arqueográfica (produto de uma classificação) para um outro plano, totalmente diferente, em que adquirem estatuto dinâmico de entidades sociais, "étnicas" mesmo, possuidoras de um conjunto de normas ou regras de conduta que se reflectiriam em padronizações da "cultura material". Assim, despercebidamente, passaríamos de um nível descritivo para um nível interpretativo, sem crítica. Basta ver a ambiguidade da palavra "etnia" e das suas utilizações...

Num trabalho que publicou em 1992 (rev. "Conimbriga") sobre "a evolução da cultura castreja", o Prof. Jorge de Alarcão, da Univ. de Coimbra, parece, à partida, acreditar nessa "cultura", tipificada nos castros e outros itens associados do NW, a qual teria percorrido cerca de 1500 anos de história, entre o Bronze Final (desde o séc. X a. C.) e o séc. V da nossa era.

Mas, no fim, inteligentemente, desconstrói tal unicidade, ao questionar: "Poderemos falar de uma cultura castreja de tão longa duração? Será mais correcto falar apenas de uma forma de habitat que permanece apesar das transformações económicas e socio-culturais?" Pertinente pergunta, sobretudo quando sabemos que mesmo tal forma de habitat, o mítico "castro" que unificaria a não menos mítica "cultura", corresponde, na prática, a uma situação extremamente diversificada, quando observada de perto. Ou seja, trata-se de um conceito que mascara a nossa ignorância e a real complexidade do assunto em causa - e portanto não é mobilizador, mas amortecedor. Por que é que não há um só "castro" proto-histórico/romano que tenha, em Portugal, uma monografia exaustiva e convincente?!... Aliás, isso tem muito a ver com as condições de produção do saber arqueológico entre nós, basicamente de matriz amadorística. Com felizes excepções, todo aquele que produz algo de mais consistente (por ex., tese de doutoramento) normalmente parece exaurir-se nesse trabalho, esgotado pelo esforço inumano a que foi obrigado...

Mas, a falta de debate (sobre as questões essenciais) e o frequente conservadorismo dos conceitos também não ajudam.

9. Arqueologia da paisagem

Fala-se muito, hoje em dia, de algo que todos consideramos fundamental, mas que geralmente não podemos praticar em Portugal, por não haver um "projecto" de arqueologia para o país, abrangente e partilhado, mas tão só projectos desgarrados uns dos outros, mais ou menos bem dotados e bem sucedidos. Refiro-me à arqueologia da paisagem.

Que significa isso? Significa que os arqueólogos, em princípio, se deveriam ter deixado de

preocupar, fundamentalmente, com descobertas ou estudos isolados, sejam eles de "peças" ou de "sítios", para olharem à sua volta, e perceberem que o "grande artefacto" que os rodeia é todo o território. É claro que a grande maioria deles até já percebeu isso, mas não tem é meios para pôr em prática essa perspectiva; as grandes obras em meio urbano (Lisboa, Porto, etc.) ou rural (Alqueva, por ex.), que exigem esses meios, são "arqueologia de emergência", a qual, por definição, não corresponde ao que estamos a pensar quando falamos de uma arqueologia da paisagem devidamente programada.

A específica maneira de olhar o chão, por parte de um arqueólogo, é que ele, quando caminha, "pisa" todo o passado humano. O território é um palimpsesto, o resultado de uma acumulação milenar de acções e experiências; o solo está prenhe de significações, visíveis ou invisíveis, sobre o nosso passado, ou seja, sobre a nossa própria identidade. Revolvê-lo, sobretudo "até ao sabugo", isto é, até à própria rocha-mãe, como se faz quando se abre um parque de estacionamento subterrâneo, é queimar umas páginas da "biblioteca" da nossa história. Quem não tem consciência disto, nem da falta de infra-estruturas a montante para permitir a "leitura" atempada dessas "páginas", antes que se construa o tal "parque" (de que todos supostamente necessitamos, claro, embora já fosse tempo de planear uma sociedade pós-automóvel individual) chama àquilo que não compreende "fundamentalismo".

De forma que, quem sabe disto e se preocupa, tem de arcar com dois escolhos: a falta de meios e a completa inconsciência (ou indiferença, motivada pela presença de grandes interesses em jogo) dos outros...

Só que em arqueologia, como noutros valores patrimoniais, paga-se caro o chegar tarde. É que os recursos arqueológicos não se reproduzem como cobaias de laboratório: são, como já disse antes, bens finitos, o que permite afirmar com segurança que, em Portugal, por durante décadas não se terem constituído estruturas de registo, de prevenção e de planeamento próprias da modernidade, se perderam já parcelas muito significativas da "memória" do nosso território.

Apesar disto que acabo de afirmar não incomodar, em absolutamente nada, parte significativa das elites culturais e dirigentes do país, que continuam a "construir território" como se fizessem obras de "land-art" num deserto, é minha obrigação, como profissional de arqueologia, e como universitário, lembrá-lo. Há parcelas do território português que estão definitivamente amnésicas.

Os próprios arqueólogos podem ser coniventes com esta situação, quando se contentam com a autorização (e em raros casos afortunados, com umas magras verbas) que lhes é concedida para intervir "no seu sítio".

Fazem dele uma espécie de "ilha mental", onde - é certo - já é bem custoso trabalhar com os meios de que dispõem, e "deixam correr" o resto, à espera de melhores tempos. Demitem-se do papel cívico que lhes compete.

Desistem da "arqueologia da paisagem", para fazer a arqueologia que antigamente se fazia noutros países (porque, no nosso, ainda muito está por realizar, mesmo a esse nível de uma análise

de sítio exaustiva!). Os seus próprios trabalhos, graficamente, traduzem essa ausência: passa-se do mapa de grande escala, à planta do sítio, que nos aparece assim como uma realidade abstracta, desprovida do enquadramento territorial que lhe daria sentido. Esses colegas transformaram-se, "malgré eux", numa espécie de Robinsons Crusóés; e o signatário é um deles! E os outros, os não arqueólogos, dizem que eles estão felizes... confundindo conformismo, resignação, com verdadeira realização e satisfação intelectual e profissional.

10. Lewis Binford

Alguns "arqueólogos" do séc. XX conseguiram ser mais do que isso: simples arqueólogos. Saltaram para fora das fronteiras da sua disciplina, deixando um rasto importante no mundo da ciência e da cultura: entre muitos outros, Gordon Childe (australiano, mas com toda a sua carreira na Grã-Bretanha), A. Leroi-Gourhan (francês), Colin Renfrew (inglês) e, com certeza, o americano Lewis Binford, que tive a honra de conhecer em 1990 num inesquecível Colóquio da Universidade do Algarve, em Lagos (de cuja publicação, lamentavelmente, continuamos à espera).

Binford escreveu em 1962 um artigo (na revista "American Antiquity") que simbolicamente marcou uma ruptura com a arqueologia descritiva e empirista do passado; intitulava-se "A arqueologia entendida como antropologia". Passados 30 anos, em Dezembro de 1992, num grande anfiteatro, à cunha, da Univ. de Southampton, lá estava eu, de câmara video em punho, preparado para gravar o que foi uma sessão memorável de comemoração dessa data histórica, com um debate animado por C. Renfrew, I. Hodder, J. Barrett, C. Tilley, e, claro, o próprio Binford... qualquer dos autores que acabei de citar é absolutamente imprescindível para perceber a arqueologia pré-histórica contemporânea, e devia estar traduzido em Portugal, onde a população (refiro-me àquela minoria que lê) desconhece de forma abissal o debate de ideias nesta disciplina! Mas podia também referir o americano K. Flannery, o inglês Richard Bradley, e a lista seria interminável...

Pouco importa que o movimento que Binford iniciou tenha ficado conhecido como "Nova Arqueologia" (na verdade, uma expressão pejorativa inventada por Braidwood e outros); o que interessa mesmo é lê-lo. E, neste caso, como excepção que confirma a regra, até há à disposição, em português, o livro "Em Busca do Passado" (editado em 83 nos EU). E lendo-o, sem a preocupação de rotulá-lo (como sempre acontece), aprende-se muito mais do que um conjunto de fórmulas, que é como normalmente se caracteriza o seu pensamento e o do "grupo de Chicago" que ele liderou.

Grupo que, de facto, iniciou uma revolução em arqueologia, pondo em causa as convenções em que ela se baseava, num particularismo descritivista e num cepticismo explicativo (modalidade de positivismo conhecida como corrente "histórico-cultural", que dominou toda a primeira metade do séc.) que em muito reduziam o seu impacte científico e cultural.

Encontrava-me eu no Congresso de 98 da Associação dos Arqueólogos Europeus, em

Gotemburgo, quando vejo por em inesperadamente à venda uma pequena preciosidade: um livrinho (que, como tantos outros, deveria ser traduzido em português!) contendo uma entrevista de Paula Sabloff (antropóloga política) a Binford, feita em 1982 no Departamento de Antropologia da Univ. do Novo México (Albuquerque) onde o autor longamente trabalhou, e até então inédita. Chama-se "Conversas com Lewis Binford. O esboço da Nova Arqueologia" (University of Oklahoma Press).

A certo ponto (p.42), a entrevistadora pergunta: "Continua a afirmar que não é possível atingir qualquer conhecimento seguro a partir dos testemunhos arqueológicos?", e o autor responde: "Exacto. Nenhuma ciência jamais tem tais certezas (...) sempre que aprendemos algo novo, isso influi, de algum modo, em tudo o que julgávamos que sabíamos antes. Por isso, o nosso trabalho é uma busca incessante." A busca - isto é, a viagem - é, em todos os autores (e não será em todos nós?) sempre muito mais interessante do que a resposta - a chegada. Esta é apenas a sensação momentânea de termos entrado no conforto da nossa casa. Um conforto que é essencial para recuperar forças, mas que, se se prolongasse, seria extremamente enfadonho.

Binford é um dos meus autores inspiradores - no conteúdo do que escreveu e na sua atitude -, um desbravador de caminhos.

11. Museus e arqueologia

O museu de arqueologia - local, regional, ou nacional - constitui um elemento instrumental muito importante: é um dos principais "interfaces" da arqueologia com o seu público, uma das múltiplas formas de construir o discurso arqueológico, tal como poderão ser as publicações escritas, ou os trabalhos noutros suportes (video, CD-ROM, computação gráfica, etc).

Ora, sendo capital transmitir, ao maior número de pessoas possível, o que é a arqueologia, e quais os seus resultados, os museus, como unidades educativas, abertas à cultura e ao lazer de todos, têm de estar no primeiro plano das nossas preocupações. Estamos aqui perante um problema interdisciplinar, em que museólogos e arqueólogos têm mesmo de colaborar activamente entre si - mas sempre não esquecendo que se "o meio de transmissão não só *cria*, mas é a mensagem", os conteúdos científicos da arqueologia têm uma palavra decisiva a dizer.

A museologia é uma esfera de saber e de experiência especializados, que exige vastas competências técnicas, e que dispõe, em Portugal, de numerosos e excelentes cultores. Têm-se realizado exposições temporárias de grande qualidade nos últimos anos, como por ex., no Museu Nacional de Arqueologia, sobre a Idade do Bronze, a Época Romana, o Mundo Islâmico, etc., em Portugal.

O que não obsta a que se imponha, nesse museu - para mais, instalado no carismático edifício dos Jerónimos, um ex-libris do país, visitado por tantos turistas - a criação de uma galeria de exposição permanente sobre o nosso passado.

Discute-se muito o papel do museu na "modernidade tardia"; se deve preponderar a vertente

didáctica, informativa, se a vertente lúdica, espectacular, aberta ao entretenimento do público. Mas, querendo fazer dos museus sítios atraentes, e até rentáveis, certos museógrafos têm talvez exagerado na tendência para a estetização das peças, apresentadas como obras de arte, sem contexto histórico nem apelo à capacidade de enquadramento por parte dos visitantes. De tanto querer atrair, o museu transforma-se num lugar de lazer e de compra de presentes que lembra uma enorme loja; e, entretanto, os centros comerciais também se visitam (mesmo para não comprar nada) como grandes cenários do entretenimento de massas, a que não falta até, de vez em quando, uma ou outra montagem sobre arqueologia (como a que esteve patente há anos sobre a hominização, no Porto), ou outros aspectos "culturais".

Aquela opção "pós-moderna" sobre museus ou exposições, pode dar resultados a curto prazo (inclusivamente de bilheteira), mas é insusceptível de construir um discurso crítico sobre o nosso "passado". Encanta (ou encandeia?), mas não faz pensar, seduz (ou ofusca?) mas não educa, diverte (quando diverte, pois muitas vezes cansa) mas não provoca a pergunta pertinente, não suscita vocações, interesses futuros de pesquisa.

E por vezes mistifica - são apresentadas peças bonitas, até lindíssimas, de forma completamente desenquadrada de qualquer contexto. Fica-se a desconhecer para que serviam, como eram feitas (a importância da técnica, do gesto humano!!), quem as fazia. As pessoas estão ausentes destes cenários concebidos, por vezes, por arquitectos e "designers" com extremo gosto, mas desconhecendo tudo do que estão a expor. E mistifica ainda a outro nível (perigo que espreita todo o acto de divulgação): é que apresenta como certeza insofismável aquilo que é apenas uma interpretação possível entre muitas. O museu, ou a grande exposição, tem um efeito retórico de poder: monumentaliza um certo conhecimento, a ponto de ele se tornar praticamente canónico. Este é um risco terrível - o de "educar" massas intermináveis de pessoas - que, valha a verdade, fazem fila para verem exposições de arqueologia - para a passividade.

Ou seja, o museu pós-moderno não deixa espaço para a imaginação de cada um se poder exercer sobre contextos (e não peças excepcionais), contextos esses rigorosamente posicionados segundo a metodologia resultante da investigação arqueológica, ou mesmo até etno-arqueológica. Mas, com equipas interdisciplinares competentes, será sempre possível e desejável conjugar o entretenimento com o estímulo ao esforço da compreensão. O primeiro não se opõe ao segundo; deve, antes, servi-lo da melhor forma. Aí é que está o desafio do museu. Um desafio muito difícil, raramente respondido de forma eficiente.

A implementação de uma rede nacional de museus modernos (de arqueologia e de muitos outros temas, sejam elas de arte ou ciência), como conjunto de equipamentos voltados para a criação e para a fruição de todos, é hoje um dos imperativos da democratização científico-cultural. Mas a filosofia que estiver por detrás de tais museus, e das actividades que promovam, é demasiado importante para ser deixada, apenas, aos técnicos de museologia - com todo o respeito por essa actividade.

12. A arqueologia que Abril abriu

Celebrou-se em 1999 os 25 anos do 25 de Abril de 1974. Quer dizer que há já toda uma geração que não viveu durante o longo regime autocrático anterior, e a quem é difícil compreender os traumas que ele provocou à minha geração, e o empobrecimento do país (a todos os níveis) a que tal regime conduziu.

Com a revolução, verificou-se o regresso da democracia política ao nosso país, o fim do nosso isolamento internacional, e da guerra colonial absurda que devastou psicologicamente (quando não fisicamente) boa parte da minha geração. As suas consequências sociais e culturais foram imensas, e também se têm vindo a repercutir no âmbito do património, e da arqueologia em particular.

As populações readquiriram o poder de se manifestar, de se “desenvolver”, de reivindicar os seus direitos. E, entre eles, o de velarem pelos seus recursos identitários, locais, regionais e nacionais. Tem-se verificado, como seria de esperar, todo um vasto movimento de reequacionamento do papel do país na Europa e no mundo. E, nele, a construção de uma nova história, a elaboração de uma nova memória, são fulcrais. Mas num sentido plural, e já não único, oficial, autoritário...

Entretanto, em toda a parte se assiste à integração dos estados-nação em unidades mais vastas (no nosso caso, a União Europeia), que necessariamente implicam a partilha dos poderes a diferentes escalas, desde a local, à regional (deficitária, no nosso país), à nacional e à trans-nacional (com o tendencial esbatimento das fronteiras rígidas tradicionais. É um mundo que começa a acabar.

A partir de 1974, as universidades públicas reformularam os seus “currícula”. Toda uma série de novos docentes de arqueologia, apetrechados metodologicamente, entraram nos respectivos corpos docentes. Foi criada a variante de Arqueologia do curso de História, depois vários mestrados de Arqueologia, e agora, também, a primeira licenciatura profissionalizante do ramo (a funcionar a partir de 1999/2000 na FLUP). Também as universidades privadas permitiram a abertura de diversos postos de trabalho.

O desenvolvimento social e económico (acessibilidades, infra-estruturas, grandes obras públicas, novas técnicas de trabalho do solo) acarretaria também preocupações ambientais (estudos de impacto, etc.), a necessidade de um ordenamento do território (para já, muito confuso!), e a introdução de preocupações de planeamento que, embora ainda muito discutíveis, vieram impor novas atitudes.

Surgiram por toda a parte "associações de defesa do património". Ocupadas de início com aspectos essenciais como o saneamento básico, ou os equipamentos, as câmaras municipais começam agora a voltar-se para o que pode dar, a cada terra, o seu cunho próprio, melhorando ao mesmo tempo a qualidade de vida; assiste-se assim à contratação de arqueólogos para os respectivos quadros.

A circunstância de o país não poder desenvolver-se segundo lógicas unilaterais, vindas do passado, mas na ponderação de diferentes tipos de valores, tornou-se patente em 1994-95 com o caso de Foz Côa, que provou a irracionalidade e os custos económicos de uma subalternização dos impactes culturais (e sociais) do crescimento.

Por isso, a "vitória" do salvamento das gravuras (paleolíticas e outras) do vale do Côa, e a relevância social (demasiado mediática, e menos interiorizada do que seria para desejar) que merecidamente os arqueólogos então adquiriram, salvando um património da humanidade, constituiu um verdadeiro "25 de Abril" da Arqueologia portuguesa. Para bem e para mal, esta nunca mais foi a mesma.

Não se tratou, ao contrário do que escreveu recentemente uma socióloga com as responsabilidades de Maria Filomena Mónica, de uma "cedência" do governo ao "lobby" arqueológico ("lobby" que infelizmente não existe, pois bem precisávamos dele!) mas sim de uma opção sufragada por uma maioria dos portugueses, e internacionalmente aplaudida como um acto de civilização. É evidente que ocorreu num determinado contexto histórico-político, como tudo neste mundo; e que antes dele não foi possível, como talvez uns meses mais tarde também já o não fosse...

13. Situação da arqueologia portuguesa- alguns tópicos

Apesar de notórios progressos dos últimos anos, a arqueologia portuguesa é ainda um mundo muito pequeno, fechado, lutando com carências estruturais graves. Se explodiu como mercado de trabalho nos últimos anos - devido às muitas obras públicas e à generalização da "arqueologia de emergência", que devia ser a excepção, e não a regra - não teve ainda o acompanhamento por parte do conjunto da sociedade e das instâncias públicas que manifestamente exige.

Apresentemos alguns tópicos sintomáticos.

Em Portugal, no momento em que escrevo, há apenas seis professores catedráticos (topo da carreira universitária, e portanto máxima responsabilidade na área respectiva) de História que são arqueólogos: os Profs. Jorge de Alarcão, e José d' Encarnação, em Coimbra, eu próprio no Porto, o Prof. Victor Gonçalves, em Lisboa, a Prof.^a Teresa Gamito, no Algarve, e a Prof.^a Manuela Martins, em Braga. Destes, a Pré-história conta com dois (Porto e Lisboa), a Proto-história com um (Algarve), e a época romana com três (Coimbra e Braga).

De todos, sem dúvida, o Prof. Jorge de Alarcão é o de maior notoriedade, quer pela sua obra, quer por uma questão de antiguidade, o que lhe não retira um grande dinamismo, sobretudo afirmado nos últimos anos em trabalhos de síntese ou de carácter teórico.

A Arqueologia romana tem sido, também, a área mais tradicionalmente respeitada, quanto mais não seja pelas escavações e museu de Conimbriga, e sua relação matricial com a Universidade de Coimbra, onde pela primeira vez em Portugal se começou a ensinar arqueologia em bases científicas, nos anos sessenta.

Mas a Pré-história ganhou estatuto, e sobretudo grande visibilidade, com as gravuras rupestres do vale do Côa, e sua promoção a património mundial - são o único complexo monumental português, especificamente arqueológico, classificado como tal pela UNESCO, em finais de 1998.

Entretanto, outros aspectos e áreas da Arqueologia têm vindo a ganhar terreno.

A arqueologia urbana, de que Braga é uma pioneira (devido aos muitos trabalhos que o próprio crescimento urbano exigiu, e mau a imensidade do que foi entretanto destruído), mas onde há já muito trabalho feito em Lisboa, Porto, etc.

A arqueologia da paisagem (estudo de áreas inteiras, e não de "estações" ou sítios isolados, que deixam, por si próprios, de ser unidades de informação significativas) que, a nível de investigação, é mais um desejo do que uma concretização, como se disse.

E, ainda, a arqueologia medieval, que hoje atrai muitos jovens; a arqueologia subaquática; a arte rupestre e seus contextos, etc., etc.

A emergência de pólos de estudo no interior do país é um fenómeno bem significativo de uma maior abrangência do território, bastando citar os exemplos paradigmáticos de Mértola ou da própria região de Foz Côa. Os Estudos de Impacte Ambiental e a arqueologia de emergência criaram um "mercado" que, de momento, ocupa muita gente. Não há arqueólogos, nem auxiliares de arqueologia, para as actuais necessidades... mas, quanto tempo irá durar este "boom" ?

De entre os nossos museus de Arqueologia avulta o Museu Nacional, nos Jerónimos, em Lisboa, que nos últimos anos tem realizado um conjunto de exposições temáticas, ou monográficas, muito importantes.

O Museu de Conimbriga é uma referência incontornável, já por ser um complemento das ruínas, já pelos serviços que o seu laboratório tem prestado a todo o país, etc. O Museu Regional D. Diogo de Sousa, em Braga, desempenhará, decerto, progressivamente, um papel cada vez mais importante. E há pouco tempo foi inaugurado, em Sintra, o Museu de S. Miguel de Odrinhas, que encerra valiosa coleção epigráfica, e que, como centro de pesquisa, poderá vir a ombrear com Conimbriga, se tiver apoios condignos. Mas por toda a parte proliferam outros museus, alguns dos quais de grande qualidade, como o de Silves, e/ou de grande actividade científica e de divulgação, como o de Setúbal.

Esperemos que o Museu do Côa vá para a frente, implantado ou não no próprio sítio previsto para a antiga barragem, como símbolo da nova força, social e económica, da cultura, no desenvolvimento regional. Mas é preciso que seja um projecto realista, bem dimensionado, e concretizável num espaço de tempo aceitável! E o Parque Arqueológico do Vale do Côa tem urgentemente de ganhar nova dinâmica, oferecendo uma muito maior gama de tipos de visita e usufruto.

Tradicionalmente, a nível do ensino superior, a Arqueologia tem sido ensinada em Portugal nas três grandes universidades de Coimbra, Lisboa (Univ. Clássica e Univ. Nova) e Porto.

Mas, nos últimos anos, não só se verificou um "alastramento" para outros pólos, como por ex. os de Braga, Évora ou Faro, como esse ensino (em contextos e combinatórias diversas) está também presente no Politécnico (Instituto Superior Politécnico, de Tomar, por ex.), e em diversas "privadas".

Ainda me recordo do tempo em que muitos duvidavam do interesse dos mestrados, por considerarem que não havia "mercado de trabalho" para os diplomados por esses cursos (argumento de certo imobilismo, felizmente superado). Hoje sabe-se que, não só os mestrados, mas os doutora-

mentos, têm toda a acuidade, e uma crescente procura (serão um dos futuros "eixos" das universidades). Aliás, depois do mestrado do Porto desde 1989-90, vão proliferando um pouco por todo o país.

As licenciaturas, hoje curtas (4 anos, em regra, no ramo científico), quase correspondem ao "bacharelato" do meu tempo; e as pós-graduações actuais (mestrados ou não), às licenciaturas de então, que até exigiam uma "tese" final.

Também muita gente foi céptica, durante anos, sobre a pertinência de uma licenciatura de Arqueologia (libertada da tradicional tutela disciplinar da História, existindo como mera "variante" desta, e supostamente destinada, na sua grande maioria, a formar professores do ensino secundário, "mercado" em crescente diminuição). Agora não há licenciado - iria mesmo dizer, não há estudante - que não arranje emprego em arqueologia, mesmo que sob a forma de tarefa (mas não será essa a modalidade de emprego - goste-se ou não - que o tipo de sociedade em que vivemos tem, cada vez mais, para dar?).

É certo que, para já, só a Faculdade de Letras do Porto concede esta licenciatura, que está no seu começo - mas iremos ver que, em breve, acontecerá como nos mestrados: outras seguirão na mesma esteira.

A arqueologia, é preciso dizê-lo, insere-se bem nas licenciaturas "de banda larga" que hoje as instâncias nacionais e internacionais aconselham. Como é óbvio, vai um mundo de diferenças, em termos de tipos de problemas, de mentalidades, de formações culturais e científicas, e de relações interdisciplinares, da Arqueologia paleolítica à Arqueologia industrial, por ex. A arqueologia, como a engenharia ou a medicina, desenvolveu um enorme leque de especialidades.

Entretanto, o estatuto social do arqueólogo aumentará na medida da sua inserção numa sociedade em acelerada mudança, pós-industrial, onde o capital cultural tem cada vez maior valor, e onde o ordenamento do território não pode dispensar este tipo de tecnologia.

A arqueologia tem todo o interesse em "descolar" da imagem popular do Indiana Jones (aventuras, descobertas, etc.), ou do sábio (universitário ou de museu) fechado no seu mundo, para criar a do técnico sereno, no seu estaleiro de trabalho, consagrado a uma rotina de pesquisa e de intervenção, em colaboração com outros "produtores de património" - os que conjugam o passado no futuro. Mas sem nunca se deixar reduzir a uma só imagem, nem se tecnocratizar. Afinal, os docentes universitários e os conservadores de grandes museus (se é que lhes podemos chamar assim...) continuam a ter um papel de suporte fundamental, e deveriam ser muito mais valorizados socialmente. Mesmo quando actuam noutros planos (empresas, associações, etc.) é como docentes/investigadores universitários ou ligados a instituições de "algum peso" (infelizmente minoritárias em Portugal, onde não há um CNRS, como em França, por ex.) que certos indivíduos se apresentam para validar a qualidade dos projectos que propõem à sociedade.

14. Importância da nossa colaboração com a Espanha

Vários especialistas (não tanto como seria para desejar!) têm-se empenhado muito, sobretudo nos anos 90, na colaboração entre arqueólogos de Espanha e de Portugal.

Ainda bem, porque a "divisão" dos profissionais dos dois países vizinhos, que comungam de uma larga faixa fronteiriça, é uma má herança do tempo do salazarismo e do franquismo. Há pois que ultrapassá-la, num espírito de sincera colaboração e de paridade de situações.

Em vez de nós, portugueses, nos mantermos numa posição defensiva, com o receio de sermos "invadidos" em tudo (e também neste âmbito do património) pelos "espanhóis", devemos enveredar por uma opção activa, procurando mostrar o que fazemos num quadro mais vasto do que o das nossas apertadas fronteiras, e abrindo o território à participação internacional, desde que essa atitude tenha reciprocidade do outro lado. A internacionalização da arqueologia portuguesa - e de outros saberes/ práticas conexos - passa inevitavelmente pela Espanha.

Os "Congressos de Arqueologia Peninsular" (Porto, 1993, Zamora, 1996, Vila Real, 1999) têm sido, e espero que continuem a ser, o fórum ideal de encontro e de troca de ideias de todos os que trabalham sobre o território da Península, sejam eles espanhóis, portugueses, ou de outras nacionalidades.

O facto de os três primeiros congressos terem tido evidente êxito, e de o terceiro deles ter sido de novo realizado em Portugal (na UTAD, Vila Real, entre 22 e 26 de Setembro de 1999) - por vontade expressa dos colegas da comissão científica espanhola - dá ao nosso país um protagonismo significativo neste domínio da arqueologia, contrariando a tendência para a periferização que, sem iniciativas como esta, seria inevitável. Por outro lado, estes congressos são apenas "pivots" de um leque de iniciativas de colaboração, que em torno deles se podem efectuar. As dificuldades que a sua organização acarretou (incluindo a publicação das respectivas Actas) mostram bem como ainda vão a contra-corrente de muitas inércias instaladas, e de visões de curto alcance, egoístas, mas que ainda têm grande capacidade de manobra na sua acção negativa.

A internacionalização da nossa arqueologia depende da qualidade do trabalho que produzirmos, mas também da nossa capacidade de criar novas oportunidades de intercâmbio e de divulgação.

Ora, a nossa mais íntima associação com equipas espanholas é uma condição "sine qua non" de afirmação na Europa e no mundo. Não tem sentido continuar a trabalhar em isolamento. Há que acolher alunos espanhóis em trabalhos de campo e em cursos de pós-graduação, procurar promover uma "ecologia do diálogo" favorável ao aparecimento de novos valores, de onde quer que eles venham, e à ultrapassagem de situações do tipo "orgulhosamente sós" que, hoje, são simplesmente ridículas.

O ambiente concorrencial em que nos encontramos não dá margem a hesitações, nem a mais perdas de tempo. A afirmação cultural portuguesa passa também por aqui: por saber trabalhar cada vez mais em parceria com outros, "exportando" saberes e competências em projectos internacionais, por preparar pessoas de outros países, por acolher "formadores" estrangeiros, sem complexos de superioridade ou de inferioridade, descabidos no dealbar do séc. XXI.

A afirmação da "cultura portuguesa" lá fora tem de passar do nível das "embaixadas de artistas" (que terão sempre todo o seu lugar) para a realização, em qualquer ponto da Europa, de trabalhos comuns entre criadores/investigadores portugueses e outros. As delegações do Instituto Camões e

outras instituições públicas ou privadas nacionais deveriam encarar este ponto com nova dinâmica. Autores portugueses têm de aparecer em grandes coleções internacionais, coordenando obras coletivas, etc - isto é, tem de se desenvolver uma mentalidade de parceria, ultrapassando complexos do passado. Também os arqueólogos têm um contributo a dar nessa internacionalização. Hoje, o "orgulho" de sermos portugueses tem a ver com o estarmos acompanhados, e não sós. Mas, para isso, temos de nos preparar seriamente, para podermos ombrear com autores estrangeiros, como já acontece na nossa arquitectura, pintura, cinema, literatura, ou em alguns âmbitos da ciência.

15. Pensar o tempo em Pré-história

Os conceitos de tempo, e de contemporaneidade de diferentes realidades ou circunstâncias, não têm o mesmo estatuto segundo a época histórica a que nos reportamos.

À partida, o pré-historiador trabalha com unidades temporais bem maiores do que o historiador das épocas mais recentes.

É como se, para vermos o longínquo no tempo, apenas dispuséssemos ainda de uns "instrumentos ópticos" muito toscos, que não nos deixam ver o "concreto acontecido" na sua dimensão humana, vivida, quotidiana.

Quando tentamos interpretar realidades de há 6.000 anos (Neolítico), por ex., não conseguimos observar uma "foto nítida", mas uma espécie de "vultos" flutuando num grão muito grosso (como se diz em fotografia), isto é, num espaço de um século ou (frequentemente) mais, sem nos podermos aproximar da realidade das gerações, ou dos indivíduos (que, então, teriam aliás uma esperança de vida bem baixa).

De facto, nem com os métodos de datação mais sofisticados podemos ultrapassar essa indecidibilidade, que é intrínseca, por ora, à nossa própria perspectiva. A tal ponto isso é assim, que chegamos a perguntar-nos, para épocas ainda mais longínquas, como o Paleolítico antigo - em que a indecidibilidade, quanto à datação, pode chegar a dezenas, se não mesmo centenas de milhares de anos - se estamos aí num contexto de ciência humana, ou de ciência social, e não antes, e até certo ponto, numa modalidade de geologia.

Que significa dizer que dois locais habitados, próximos entre si, e com a mesma tipologia material, foram contemporâneos, se essa contemporaneidade não é a vivencial, mas a puramente convencional? Isto é, se eles pertenceram, por exemplo, ao mesmo século, mas um pode ter sido "construído" quando o outro já estava abandonado, em ruínas, ou mesmo esquecido na memória das gentes?

Falar de uma rede (e até de hierarquias) de povoamento, nessas circunstâncias, é totalmente descabido. Mas alguns pré-historiadores deixam-se facilmente deslizar da hipótese em que acreditam para a certeza, do risco da síntese para uma área cinzenta, onde espregueia o perigo de uma autên-

tica desonestidade científica, que consiste em apresentar ao público, como factos, meras conjecturas, mais ou menos verosímeis. E, num país sem crítica, essas "invenções" mais ou menos bem intencionadas (até pela vontade de seduzir) passam facilmente aos olhos do leigo como certezas. Todo o cuidado é pouco!

Costumam os pré-historiadores justificar-se, dizendo que, se a escala a que analisam os fenómenos é necessariamente ampla, também, por outro lado, nessas épocas recuadas o ritmo de transformações era lento. Não é o tempo individual, nem o geracional, nem mesmo a escala do século que interessa - dois sítios podem considerar-se contemporâneos, por ex., se tenho dados para os colocar na mesma "tranche" de 500 anos...bom, mas, nesse caso, poderemos passar do nível arqueológico, ou arqueográfico, para o da interpretação sociológica do passado?

Em relação ao tempo, como em relação ao espaço, os dois vectores fundamentais da acção humana, o essencial é entendermo-nos quanto à escala que estamos a usar em determinado momento.

Posso fazer afirmações que são válidas para uma grande extensão de tempo (por exemplo, para o conjunto da nossa sub-espécie, "Homo sapiens sapiens", que existe há, pelo menos, 100.000 anos), ou para a totalidade do globo (se trato, por ex., do conjunto - algo mítico, diga-se de passagem - dos caçadores-recolectores, e da capacidade que tiveram de se adaptar às mais diferentes realidades ecológicas).

E essas conclusões de "macro-escala" podem ser mais correctas do que outras produzidas à "micro-escala" - por exemplo, que sei eu do que se passou hoje, determinado dia do ano 2000, na cidade do Porto, se não tive tempo de ouvir ou ler as notícias, nem ocasião de sair de casa?...

Quer dizer, a "actualidade" pode ser uma ilusão quanto aos seus ensinamentos - pode dizer-me menos, apesar de eu estar imerso nela, do que um passado distante. Este, eu posso encará-lo com perspectiva, com distanciamento crítico, como se diz... e é nisso precisamente que consiste a vantagem da história: a de trabalhar com séries temporais longas, a de nos permitir descolar-nos do presente vivido.

O qual, por ser vivenciado por mim, actor e observador ao mesmo tempo, se torna extremamente qualitativo e subjectivo. É pois uma ilusão pensar que, sobre épocas históricas recentes, se pode construir um conhecimento mais "seguro" do que sobre outras passadas... tudo é muito mais complexo.

Se, por qualquer efeito mágico, absurdo, pudéssemos ser projectados num momento do passado, ficaríamos como "repórteres" desenquadrados, perdidos, sem contexto nem distância para inserirmos as nossas observações e as tornarmos compreensíveis. Placados contra o "real", não teríamos condições de o cartografar espacial e temporalmente, e ele seria para nós totalmente ininteligível. Tão ininteligível como a nossa realidade para um extra-terrestre que, de repente, desembarcasse aqui.

As várias escalas de realidade, incluindo as que se situam no eixo temporal, têm a sua racionalidade própria.

A Pré-história não é menos rigorosa, nem rica, do que a história medieval ou contemporânea. Desde que cada uma estabeleça a sua grelha metodológica e conceptual ajustada.

Por isso, pela variabilidade de conceitos que se aplicam às diferentes épocas históricas, é que às vezes já descreio radicalmente de algo que durante muito tempo (anos 70, sobretudo) persegui - uma "teoria geral" (como dizia Clarke) da arqueologia.

A arqueologia é uma esfera de actividade autónoma, uma profissão, com regras próprias, metodológicas e deontológicas; mas, como conhecimento científico, tão extremamente diversificada, que talvez seja descabido procurarmos para ela uma teoria geral muito elaborada. Seria algo análogo a tentarmos elaborar uma teoria geral da medicina como saber - não será ela, antes, uma enorme nebulosa de conhecimentos e de práticas?

16. Continuidades e descontinuidades em Pré-história

Certos arqueólogos peninsulares têm-se proposto discutir a questão de como é que em Pré-história se estabelecem "continuidades" e "descontinuidades".

É claro que tal debate só pode ser elucidativo (sobretudo se "exemplificado" com regiões diferentes umas das outras) se se explicitar à partida de que tipo de continuidades ou descontinuidades se trata.

São temporais (eixo diacrónico)? São geográficas (plano espacial)? Ou são ambas ao mesmo tempo?...

Por outro lado, a que escala se situariam tais cesuras: da Europa Ocidental mediterrânica (em que a Península Ibérica se insere), das grandes áreas (ecológico-culturais?) em que tal península pode ser dividida em cada época, ou no interior de regiões ou micro-regiões bem definidas?

Por fim (e pelo menos segundo um pensamento binário, simples), sendo toda a realidade trivialmente composta por uma combinação de semelhanças e de diferenças, importaria ainda estabelecer em que âmbito (ou âmbitos) se pretende diagnosticar permanências ou mudanças: na realidade arqueológica, material (e mesmo nesta, a que nível, ou escala)? No plano das interações com o meio ambiente? Na estrutura das comunidades e nas relações sociais? Nas representações, isto é, no domínio das ideias e dos símbolos, uma esfera em que normalmente só uma "arqueologia interpretativa" aposta fortemente? Etc...

O empreendimento não parece fácil; ou, melhor dizendo, é desdobrável em tantos planos, que corre o risco de dispersão; ou então, opostamente, tende a dar lugar às tradicionais exposições sobre as "sequências cronológico-culturais regionais" que são o "prato forte" da literatura arqueológica, com toda a sua componente descritiva. Frequentemente, colegas há que generalizam a partir de casos isolados, tomando possibilidades como certezas confirmadas, e iniciando toda uma genealogia de confusões (outros tomam essas conclusões como seguras!), que depois, assim, se propagam em tentativas de "síntese", que chegam a conter propostas verdadeiramente absurdas.

Dou, brevemente, um exemplo de carácter muito amplo: uma das realidades mais discutidas em Pré-história é onde e quando se deve estabelecer a principal divisão entre uma "fase antiga" (em que "nós" éramos "outros", mais simples, vivendo em sociedades de pequena escala, primitivos, selvagens, pré-modernos, etc., como queiram) e uma "fase recente" (em que criámos as condições do "progresso", a arte, a linguagem complexa, o instrumental diversificado, a conservação de bens alimentares e outros, a agricultura e domesticação, a vivência em aldeias e depois em cidades, o domínio do meio, a hierarquização do poder que levaria ao Estado, etc., etc).

Esta dicotomia é fulcral a um registo de legitimação da própria sociedade em que vivemos. Para uns, tal "corte" processou-se há 40 mil anos ("revolução do Paleolítico Superior"); para outros, há c. de 10.000 ("revolução neolítica", no Próximo Oriente). Para outros, ainda, nunca teria havido "cortes", mas antes um gradualismo, aliás de modo algum confinado ao mundo euro-asiático, ocidental, mas muito diversificado consoante as zonas do globo.

Por detrás da pré-história, e das suas interpretações, perfila-se sempre uma postura filosófica e política, que por vezes se recusa a assumir-se como tal, para melhor se impor como absoluta e insofismável aos olhos de todos, sob a roupagem pseudo-asséptica da "ciência".

17. Mapas mentais dos nossos antepassados pré-históricos

Nenhuma pessoa (ou grupo), parece poder sobreviver sem um "mapa mental", um conjunto de marcas de referência no espaço que orientem a sua acção no tempo, isto é, que lhe permitam funcionar como um "ser (ou um conjunto de seres, no caso de comunidades pequenas e coesas) de projecto".

Ter um projecto é básico para a nossa felicidade e realização plena ("fulfilment"). Por isso, a primeira coisa que um regime autoritário faz é procurar desprover as pessoas dessas referências, promovendo um processo amnésico e anti-identitário, enclausurando os seres em espaços mentais (quando não físicos) monótonos, vigiados (quando não cercados) e onde o exercício da imaginação aborta ou tende para o delírio. Digamos que as pessoas ficam sem controlo sobre o seu futuro, pendentes do arbítrio do poder absoluto, e sem capacidade de elaborar um trajecto de experiência no mapa da vida. Quem já se encontrou em situações de impasse criadas por uma ambiência autoritária sabe bem do que falo.

O espaço de muitos dos aborígenes australianos que ainda foi possível conhecer, tal como se manifesta nas suas pinturas (ou simples desenhos na areia, que esboçam enquanto falam), é uma espécie de mapa, ou de "fotografia aérea" da realidade (H. Morphy), como se toda a paisagem fosse um sistema de signos. Mas as escalas e os pontos de vista podem variar dentro da mesma representação, bem como vários "tempos" (momentos sucessivos de uma narrativa) podem coexistir nela. Toda a composição, mais "figurativa" ou mais "esquemática", é mitológica e conceptualmente ori-

entada, espessa de sentido, e necessariamente ambígua, sobretudo se reduzida a uma pequena quantidade de signos.

"Pintar - escreve H. Morphy sobre este contexto, em livro recente (1998) - é exercer direitos herdados e autoridade ritual, e muitas vezes implica direitos sobre a própria terra." Porque essa acção significativa é caucionada por seres ancestrais, que ensinaram aos seres humanos o sentido da pintura e lhes deram a terra em herança - pintar é afirmar essas conexões.

Uma das características das sociedades pré-históricas peninsulares que podemos ligar à prática da agricultura e domesticação (ditas "neolíticas") - ao contrário do que acontece no Próximo Oriente ou na Europa Oriental - é que não parecem estruturadas espacialmente segundo o modo de vida aldeão (pelo menos nas suas formas mais "amadurecidas", que trazem consigo o embrião da urbanidade).

O povoamento, ao longo do Neolítico, da Idade do Cobre, e mesmo de parte da Idade do Bronze (VIº a IIº milénios A. C.) parece em larga medida disperso. Apesar das estações arqueológicas, maiores ou menores, e de variada tipologia, que se conhecem.

A ser assim, os mapas mentais desta gente tinham de ser muito diferentes dos que viviam nos enormes aglomerados de barro da Europa balcânica (que originaram os autênticos "tells"), ou mesmo nas aldeias de grandes casas de madeira da Europa danubiana.

Talvez se organizassem em função de outros pontos de referência: cemitérios de mamóas, recintos com menires e/ou estelas, locais com "arte rupestre", sítios monumentais complexos, murados (tradicionalmente interpretados como "povoados fortificados", mas onde é óbvio que uma muito mais diversificada dinâmica está em jogo, como mostrou Susana O. Jorge).

18. Espaços conceptuais pré-históricos

A concepção da "natureza" (por oposição ao mundo humano, o da "cultura") parece ter mudado muito, ao longo dos tempos pré-históricos.

Elaboremos um esquema simples, mas plausível, de tal "processo", reportando-nos ao nosso território.

Refiramos três momentos de corte, ou de afastamento, da realidade humana em relação à "natureza", cada vez mais considerada como um "objecto" externo a nós, manipulável por nós, e portanto "des-socializado" (isto é, também, e de um certo modo, "laicizado").

Um caçador-recolector do Paleolítico Superior (há 25.000 ou 14.000 anos) - como os que nos deixaram tantas gravuras no Còa - devia considerar-se parte integrante do mundo natural. Ao "trabalhar" esse mundo, através do que nós designamos "arte", o autor não se concebia como criador, mas como despoletador de realidades já existentes na pedra, que ele se limitava a evidenciar. A natureza seria um mundo povoado de realidades espirituais, com a sua manifestação material nas mais diferentes criaturas, entre elas o próprio ser humano.

Afloramentos naturais (ou espaços subterrâneos como grutas) eram assim monumentalizados, não tanto por acção da imposição humana, mas por uma atitude de querer meramente completar, ou explicitar, o que a natureza já continha. Quem "riscava" a pedra (ou a pintava) era um intermediário entre o mundo quotidiano, banal, visível, e o mundo transcendente, religioso, invisível - e no entanto subjacente ao primeiro como seu suporte. Esta atitude "activa" levou dezenas de milhares de anos a surgir.

Também entre os agricultores e pastores - na verdade, os primeiros grandes depredadores do mundo natural, embora os caçadores-recolectores também actuassem sobre o meio, e o modificassem - levou milénios a cristalizar a ideologia que melhor se viria a exprimir nas mamoaas megalíticas (Neolítico médio-final - há c. de 6.000 anos).

Tratava-se de construir uma cavidade artificial, disfarçando a sua verdadeira monumentalidade pétreia no "tumulus", mas impondo-a de qualquer modo no espaço, onde era um volume bem visível. A força de trabalho necessária às tarefas agrícolas, a ideologia de "domínio" da natureza que lhe é peculiar, exprimia-se assim magnificamente na metáfora do dólmen.

Feito de "pedras" naturais, sumariamente afeiçoadas (esteios e tampas), ele impunha-se à realidade de onde provinha (natureza), mas que ainda procurava imitar num dos seus aspectos (a cavidade subterrânea). A monumentalidade da anta de corredor só se evidenciava para quem entrasse na câmara, ou para quem contemplasse o átrio de acesso em toda a sua magnificência. Mas, uma vez este tapado, a câmara obturada, tornada inacessível, a "natureza" encontrava-se reposta, e a mamoa era tão só uma colina, cuja artificialidade apenas o seu volume revelava.

Na Idade do Cobre (há cerca de uns 4.500 anos) alguns sítios proeminentes começam a aparecer cobertos por estranhas e complicadas arquitecturas de pedra. São muros, torres, bastiões, plataformas bem visíveis, que aparentemente se afastam do mundo dos mortos, para se aproximarem do mundo dos vivos. Mais do que servirem de defesas (embora nada impedisse essa utilização também) esses dispositivos marcavam fronteiras no espaço. Parece que se procurava agora "monumentalizar" todo o território, através de recintos de onde se podia ver, e ser visto. Tratava-se de um novo simbolismo, que não imitava o natural, mas se impunha mais decididamente a ele. Autores como R. Bradley, apontando sobretudo exemplos das Ilhas Britânicas, têm chamado a atenção para a polissemia e plurifuncionalidade deste tipo de demarcações do espaço. Na Pré-história portuguesa, Susana O. Jorge e algumas pessoas na sua esteira têm feito o mesmo, embora sejam ainda dominantes outras perspectivas.

19. Interpretar o Neolítico

Ao contrário do que se pensou durante muito tempo, a passagem das sociedades de caçadores-recolectores (Paleolítico e Mesolítico) às de agricultores (Neolítico) não foi um acontecimento, mas

um processo de múltiplas componentes, cada uma com a sua dinâmica própria. Isso muda por completo as formas de interpretação desta mudança.

Por outro lado, aquele processo não foi coetâneo à escala mundial, isto é, não se deu em todos os lados ao mesmo tempo; nem se deu da mesma maneira - variou nas causas, nos modos, nos ritmos, nos sectores da sociedade e do meio que afectou, etc., etc. Trata-se pois de um processo diversificado e complexo, que em muitos pontos do globo se não chegou a verificar (coexistindo sociedades vizinhas mas muito diferentes), e noutros pode ter sofrido "avanços e recuos", nada tendo de "obrigatório". Assim, se só a um nível muito genérico se pode falar de tal "passagem" como tendência global da história humana, é óbvio que a sua explicação não é simples, não se situa a uma só escala, nem é transponível de uma área para outra.

Durante muito tempo, quando o "Neolítico" era visto como um "pacote de inovações" ou mesmo de "descobertas" (a "Revolução Neolítica" de Gordon Childe, por ex.), que se pressupunham umas às outras (agricultura; domesticação de animais; sedentarização; modo de vida aldeão; utilização da cerâmica e da pedra polida, etc.) procurou-se explicá-lo por razões ecológicas e/ou tecno-económicas. A adopção desse novo modo de vida, no hemisfério norte, seria uma adaptação às condições do mundo temperado pós-glaciar, em que as pessoas deixaram de depender da grande fauna migratória e acentuaram a sua ligação a uma economia "de espectro amplo", na qual a alimentação à base de plantas se tornou cada vez mais importante, até desembocar na dominância dos cereais (hidratos de carbono) - trigo e cevada - na área asiática ocidental e europeia.

Entretanto, na Península Ibérica, J. Vicent tem protagonizado uma perspectiva sociológica, ou materialista histórica, destas "sociedades camponesas", entendendo-as caracterizadas por estratégias de armazenamento social, que permitiriam a passagem de um estágio de igualitarismo a outro de certa hierarquização, com tensões oriundas da desagregação da reciprocidade original.

Ultimamente, está em voga uma explicação em que o "Neolítico" é toda uma ideologia de subjugação, ou "domesticação" da natureza, ou seja, uma mutação global de valores, de âmbito ideológico e cultural, e não apenas uma questão económica (Bradley, Hodder, Thomas, etc).

Embora a discussão destas várias perspectivas seja estimulante, importa ter presente que tal estímulo deve reverter em projectos de pesquisa situados a diferentes escalas, e que aquilo que parece "explicar" a um nível, não é necessariamente útil a outro nível. O conhecimento não tem de encaixar todo harmonicamente, como nas bonecas russas.

20. O "síndrome do castelo medieval"

Um dos nossos "patrimónios" pessoais são frases, ideias, ou simples "àpartes", que ouvimos algures de pessoas mais experientes, nossos "mestres" (na escola ou cá fora), e que se repercutem por toda a vida na memória, como um eco e, normalmente, como um estímulo.

Eduardo Serrão (que foi o meu primeiro "mestre" em Arqueologia), o introdutor da observação estratigráfica em Portugal, costumava contar uma história acerca do "castelo" (vila medieval murada) de Sesimbra (onde fizemos escavações, em 1972), de que frequentemente me lembro. Dizia ele, com humor, que ia muitas vezes ao "castelo" (onde montou um museu), às vezes ao monte ao lado (o do "moinho da força") e, quando muito, "cuspiu" na direcção da terceira e mais pequena elevação, a do monte do Outeiro, sobranceira à estrada que dá acesso à vila balnear moderna. Isto para referir que nunca imaginou que tal colina pudesse ter algum interesse arqueológico...

Qual não foi o seu espanto quando Gustavo Marques, grande prospector, descobriu aí um povoado do Calcolítico (3º milénio A. C.), onde chegámos os três a realizar breves sondagens! Isto, porque as observações de G. Marques não "partiram" do "castelo", mas, numa lógica de observação "a pente fino" do terreno, do vale junto à estrada. Começou a subir a encosta e a encontrar materiais à superfície, tendo percebido logo que eles só poderiam estar relacionados com uma ocupação pré-histórica do pequeno cabeço.

Chamo (convencional e genericamente, claro) "síndrome do castelo medieval" à obsessão que alguns arqueólogos têm em "colar" as pretensas "fortificações" calcolíticas aos castelos medievais, dispositivos (pelo menos na sua fase mais monumental) destinados a aguentar um cerco e a defender toda uma população. Há colegas que chegam a pensar, e a escrever, que no Calcolítico (3º milénio A. C.) havia um estado de "guerra total" !

A tecnologia e a estratégia militares medievais (elas próprias tão diversificadas) não se podem transpor, sem graves anacronismos, para a Pré-história. Nesta, as populações não construíam recintos vocacionados a proteger por longo tempo um grupo de gente entrincheirada.

Os supostos "povoados pré-históricos" correspondem a uma grande variedade de soluções construtivas, que aliás foram variando com o tempo. Mas o seu objectivo era, em princípio, plurifuncional, como Susana Oliveira Jorge se tem esforçado por mostrar de forma pioneira (agora já seguida por outros investigadores).

Assim como os grandes túmulos megalíticos dos fins do Neolítico (segunda metade do Vº, primeira metade do IVº mil. A.C.) serviam sobretudo "para os vivos", assim também os seus sucessores monumentais, os "povoados fortificados" do Calcolítico e dos inícios da Idade do Bronze, eram acima de tudo símbolos de uma comunidade. Localizados em sítios proeminentes, de onde se via um território, eram postos de observação, locais de encontro, espaços de actividade (produtiva, doméstica, "religiosa") e marcadores de territórios, para serem vistos e "re-conhecidos" de longe.

Sem querer reabilitar a teoria do "bom selvagem", é evidente que o "homem económico" e o "homem militar" são invenções da "civilização". O conflito sempre existiu, mas... a questão da sua escala é essencial!

21. Uma Pré-história da monumentalidade no Norte de Portugal

No Norte de Portugal, podemos começar a identificar várias hipotéticas "etapas" de monumen-

talização do território durante a Pré-história, embora tendo sempre em conta o risco de cairmos num simplista evolucionismo linear.

No Paleolítico Superior, desde há uns 25.000 ou 30.000 anos, estamos perante sociedades "de bando", relativamente fluidas (laços sociais lassos), e pouco numerosas, isto é, com uma densidade demográfica relativamente baixa. Podiam ter, em certos casos, uma organização logística que admitia acampamentos de base relativamente estáveis (sedentarização mais ou menos prolongada) e outros secundários, sazonais, relacionados com a exploração (caça/recolocção) de certos nichos por fracções dos grupos.

Identificavam-se com a natureza, no sentido de que se conceptualizavam como parte integrante dela, e organizavam a sua cosmologia em narrativas que, graficamente, se exprimiam em torno de um conjunto de sinais e de espécies animais, como o auroque, o cavalo, a cabra ou o veado. É isso que vemos no Còca, cujas superfícies rochosas verticais foram espectacularmente monumentalizadas por painéis complexos deste tipo.

No Neolítico Médio/Final, isto é, na segunda metade do Vº, e na primeira metade do IVº milénio A.C., estamos já perante sociedades linhageiras, que valorizam muito os laços de parentesco, ligadas à ideia de antepassado e a uma outra concepção do tempo, e que monumentalizam o espaço através de arquitecturas funerárias, as mamoaas. Juntam a agricultura e a pastorícia a outras actividades, mas não têm um comportamento aldeão perfeitamente estruturado, bem ao contrário das sociedades da Europa oriental.

Podem também exprimir a sua apropriação do espaço através de grafismos (pinturas ou gravuras) em sítios visíveis ou escondidos (ou num jogo dos dois, como já acontecia no Paleolítico). O traço mais característico é a ideia de um tempo ancestral e uma intervenção mais activa no espaço, onde se criam recintos ou cavidades artificialmente ("monumentos megalíticos"). Toda a comunidade é mobilizada, mas por uma minoria.

Um terceiro momento decisivo são as convencionais "Idades" do Cobre e do Bronze Antigo/Médio (do IIIº aos meados do IIº mil. A. C.). Nelas é evidente um processo de "monumentalização do quotidiano", isto é, em o que se visibiliza, aquilo em que se investe esforço arquitectónico, é em sítios com muros, plataformas, bastiões, torres, estruturas aparentemente "domésticas", produtivas ou de armazenamento, que são cabeças simbólicas de territórios. O processo de hierarquização parece acentuar-se.

Um quarto passo seria dado pelo que se convencionou chamar as "Idades" do Bronze Final e do Ferro (finais do IIº, Iº milénio A. C., até à presença romana). A construção de importantes povoados em sítios muito proeminentes, e a dispersão da arte rupestre (com representações guerreiras, por ex.) na paisagem, testemunham a existência de novas formas de apropriação dos territórios ("chefados").

Naturalmente, os conceitos de "bando", "tribo" e "chefado" são colhidos da antropologia neo-evolucionista e são em larga medida redutores, mais do que convencionais. Apenas em termos

muito genéricos, aproximativos, e como hipótese de trabalho, podem ser temporariamente aceites, enquanto as pesquisas não permitirem "ver" a realidade num grão mais fino.

22. O fenómeno "Côa" - a "perda da inocência" da arqueologia portuguesa e um novo estatuto para a nossa Pré-História

Quem é que teve mais relevo, pelo papel decisivo que exerceu, no processo que nos fez ganhar o Côa para o património português e da humanidade? Seguirei, até onde possível, a sequência cronológica dos factos, não os referindo por ordem de importância, mas procurando ser justo e isento.

Diversos membros da comunidade arqueológica portuguesa e internacional, bem conhecidos, fizeram todo um trabalho em prol do estudo e da preservação das gravuras, e da consequente criação do Parque Arqueológico, ao longo dos finais de 1994 e de 1995, demonstrando a antiguidade e raridade das mesmas gravuras, e a sua unidade com a paisagem em que estavam inseridas.

Alguns políticos proeminentes deram a sua ajuda.

Elementos da comunidade local mostraram-se activos (descobrimo mesmo muitos painéis insculturados), com relevo para a Escola Secundária de V. N. de Foz Côa, que mobilizou os estudantes e lançou o slogan "as gravuras não sabem nadar".

Numerosos jornalistas portugueses e internacionais acorreram à zona, e colocaram-se ao lado da causa do património, desmistificando, sem o dizerem, a ideia de um jornalismo "objectivo" e asséptico.

Movimentos de cidadãos em Portugal e em todo o mundo (EUA, Itália, etc.) ajudaram decisivamente a internacionalizar a questão, que transbordou a esfera científica e as fronteiras portuguesas, para se transformar num vasto movimento informal à escala mundial. O signatário, por ex., recebeu de vários países da Europa cartas de cidadãos anónimos, de crianças, etc., que constituem estimulantes testemunhos.

O presidente Mário Soares, ao visitar o local em 1995 e pedir o abrandamento das obras, teve uma acção muito importante.

A Universidade do Porto publicou um boletim sobre o assunto e manifestou-se, em Senado, pela opção patrimonial.

O congresso internacional de arte rupestre de Turim, em 1995, foi muito influente em Portugal, pois permitiu que se espelhasse, na nossa comunicação social (que enviou a Itália vários repórteres) o apoio da comunidade científica internacional.

O governo saído das eleições de 1 de Outubro de 1995 tomou a histórica decisão de parar com as obras e de iniciar o processo de estudo, avaliação e classificação do complexo arqueológico. O Ministério da Cultura então criado teve, desde finais de 1995, com os suas equipas ou organismos (Com. Instal. do IPA, IPPAR, e depois IPA) a responsabilidade de levar a bom termo esse processo.

Entretanto, no terreno, vários colegas ergueram, desde 1995, o primeiro "corpus" oficial de dados científicos sobre as gravuras paleolíticas e seu contexto, sem cuja paciente elaboração, e ulterior publicação (verão de 1997) não haveria base factual para a tomada definitiva de decisão.

Classificados os núcleos de gravuras como monumentos nacionais, e depois, em finais de 1998, como Património da Humanidade (pelo UNESCO), e inaugurado simbolicamente, em 1996, o Parque Arqueológico do Vale do Côa, pareciam estar reunidas condições para uma nova era da arqueologia portuguesa, e o primeiro exemplo de desenvolvimento de toda uma região do país tendo como eixo um património arqueológico único.

Desde logo - e isso são dados adquiridos - a Pré-história ganhava, em Portugal, uma relevância que até então não tinha; e a arqueologia em geral apercebia-se de como era importante sair da sua "torre de marfim" (ou da sua acanhada posição tradicional de timidez, como se tivesse interiorizado uma inferioridade inultrapassável) para se inserir plenamente na sociedade e cumprir o seu papel.

Nem tudo, porém, correu da melhor maneira, apesar dos bons augúrios e dos muitos esforços realizados - tanto na fixação de uma estrutura sólida e descentralizada para a administração da arqueologia nacional, como na plena radicação da importância do Parque na região e no país.

O que é que falhou? É importante fazer um balanço, sereno e sobretudo não fulanizado, do assunto, para rapidamente se corrigirem os erros e se aprofundarem os aspectos positivos, no sentido de se obter um pleno êxito e um "happy end" para tão controverso, difícil, e por vezes cansativo processo. Não se trata de heroicizar umas pessoas, e de martirizar outras; fundamentalmente, nunca se tratou disso desde o princípio. Os arqueólogos, apesar das suas diferenças e dos acidentes de percurso, cumpriram o papel que lhes cabia no esclarecimento público sobre um património que não se podia perder ou destruir. E, só por isso, devem sentir-se satisfeitos e orgulhosos pela missão cumprida.

23. A Serra da Aboboreira

O projecto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (Baião-Amarante-Marco de Canaveses), em curso desde 1978, é dos que melhor caracteriza, simultaneamente, as potencialidades e as debilidades da arqueologia portuguesa.

Concentremo-nos por ora sobre vários dos seus aspectos positivos. Trata-se de um projecto integrado de investigação, que desde o início procurou enquadrar os estudos arqueológicos nos de outras disciplinas; na realidade, não se visou estudar apenas sítios antigos, mas o seu envolvimento paisagístico, histórico, antropológico, social.

Tem sido um trabalho de equipa; e não apenas de arqueólogos "confirmados", mas também de pessoas que pela primeira vez ali dirigiram escavações, e hoje se encontram a actuar como profissionais em todo o país.

Funcionou sempre como uma "escola" para estudantes nacionais e estrangeiros de várias universidades, o que o não impediu de se abrir aos mais jovens, sendo para eles uma área de aplicação útil de tempos livres. Interessou-se não apenas pelo estudo, mas também pela sinalização, protecção e valorização dos monumentos (aspectos em que há ainda muito para fazer), com preocupações claramente patrimoniais, articulando-se com o levantamento da carta arqueológica dos concelhos envolvidos.

Trabalhou sempre em relação com as autarquias (muito principalmente com a de Baião, apesar dos limitados recursos desta), e abriu-se à população através de inúmeras sessões explicativas, e da publicação de folhetos e notícias.

Contribuíu, pela presença de milhares de jovens, sobretudo na sede do concelho de Baião, para a dinamização cultural e desenvolvimento deste concelho, constituindo-se, apesar dos fracos recursos de que sempre dispôs, como um pólo de divulgação dos valores da região. Forneceu alguns sólidos argumentos para a classificação da Serra da Aboboreira como zona de paisagem protegida; trata-se de transformar uma zona pobre, erma, exposta à degradação (até pelos cíclicos incêndios) numa área de lazer e de cultura.

Em suma, o projecto do C.A.S.A. comprovou à exaustão que é possível ultrapassar o tradicional individualismo e dispersão das investigações, concentrar esforços e diferentes vontades numa área homogénea, e desenvolver um trabalho sustentado que, pela sua própria persistência, potencia pequenos recursos existentes, servindo de exemplo para outras áreas.

Aliás, Conímbriga, Sines, Braga, Mértola, o Freixo (Marco de Canaveses), Foz Côa, etc., são outros tantos casos em que a arqueologia se tem procurado conjugar com o "desenvolvimento"; mas esse "diálogo" tem tido dificuldades, está ainda nos seus começos (e por isso, muito atrasado em Portugal em relação a outros países europeus), e tem de ser aprofundado.

A Aboboreira e restante área envolvida pelo projecto (planalto, fronteiro, do Castelo, a sul do rio Ovil, afluente do Douro) revelou testemunhos que vão desde um Neolítico antigo até à época medieval. Os seus contributos mais importantes foram sem dúvida no domínio do megalitismo e no do Bronze Final.

A necrópole megalítica da Aboboreira, estudada exaustivamente, mostrou a diacronia e o polimorfismo de um conjunto monumental deste género, até agora único em Portugal. Os monumentos mais antigos são dólmenes pequenos, sem corredor, da segunda metade do V^o milénio a. C.; este tipo de monumentos pode ter continuado a ser erigido em épocas posteriores, contemporaneamente aos sepulcros de maior porte. Já na primeira metade do IV^o milénio a. C. a inovação consistiu na construção de monumentos tendencialmente maiores, incluindo dois dólmenes de corredor (um na Aboboreira propriamente dita - Chã de Parada - e outro na "serra" ou planalto fronteiro, em Chã de Arcas). Em momento campaniforme (cerâmica e objectos em cobre), foi erigida a cista megalítica de Chã de Carvalhal, com uma mamoa de tipo tradicional (em terra e com revestimento em forma de couraça pétrea); e, em pleno Bronze antigo (1^a metade do II^o milénio a.C.) foram inclui-

dos, nas proximidades dos antigos núcleos neolíticos, novos monumentos, de tipo “cairn” (isto é, com um montículo de pedras), como, por exemplo, Outeiro de Gregos 1 e Meninas do Crasto 4.

Este espaço sepulcral e religioso parece ser desafectado a partir dos meados do IIº milénio a. C., altura em que as sepulturas do Tapado da Caldeira, nas proximidades do grande povoado da Bouça do Frade, mostram uma concepção inteiramente nova: são covas abertas no saibro, aparentemente sem “tumulus”, e parecendo corresponder a enterramentos individuais.

24. Castro Laboreiro e o megalitismo

O planalto de Castro Laboreiro, com c. de 50 km² de área, situa-se na freguesia do mesmo nome, no concelho de Melgaço, e faz parte da Serra da Peneda. É uma área “encaixada” no território galego, belíssima, erma de ruídos e de outros elementos poluidores, procurada por veraneantes que gostam de andar a pé pela montanha, e onde ainda se pode ouvir o silêncio.

O conjunto de túmulos pré-históricos - ditos “megalíticos”, porque muitos deles contêm dólmenes, construídos com grandes lajes - , com cerca de 6 mil anos, que aí se encontra, é o mais setentrional do nosso país, e um dos que situa a cotas mais elevadas. É também um dos mais importantes do Norte de Portugal e da vizinha Galiza, por onde continua.

Em primeiro lugar, é significativo pelo número de mamoas registadas: 75 certas (mas são certamente mais), das quais umas 65 se encontrarão em território português. Depois, pela diversidade de estruturas (isto é, câmaras funerárias) que elas comportam. Ainda, pela variedade das suas localizações topográficas na superfície do planalto, que torna a necrópole ideal para o estudo da relação dos monumentos com o espaço em que se implantam.

Ainda, pela relativa boa preservação dos monumentos e da paisagem envolvente, circunstância que infelizmente começa a ser rara em qualquer zona do país. Ora, no estudo de uma necrópole deste género é fulcral poder-se analisar relacionadamente os pequenos, os médios, e os grandes monumentos, em articulação com um quadro topográfico relativamente preservado - pois essa visão de conjunto é uma das chaves para a compreensão da diacronia e da própria significação do conjunto monumental. Estudar um só monumento, mesmo que revele abundante “espólio”, isolado, pouco significa - a nossa unidade não é a estrutura “solta”, mas o conjunto em que ela faria todo o sentido... por isso se tem progredido pouco em várias áreas megalíticas do país. Falta-nos a perspectiva de conjunto sobre uma necrópole inteira (para do caso da Aboboreira, a que acima se aludiu).

Foi por isso que, na sequência de outros trabalhos, aí foi desenvolvido um projecto de investigação entre 1992 e 1994, que originou um livro (publicado pela SPAE em 1997), consagrado a quatro mamoas intervencionadas no Alto da Portela do Pau, perto da célebre (e enorme) Mota Grande, na fronteira com a Galiza: mamoas 1, 2, 3 e 6.

As mamoas 3 e 6 são muito pequenas, baixas, e não eram propriamente megalíticas. Continham apenas um anel lítico central, que deveria rodear a zona funerária.

A mamoa 1 continha uma estrutura muito original, mista, que parecia corresponder a uma câmara dolménica (reutilizada aliás em momento campaniforme) à qual se teria “acrescentado” uma estrutura de prolongamento, mais ligeira e baixa, mas fechada.

A mamoa 2, a poucos metros da mamoa 3, era um monumento de maiores dimensões, amplas gravuras (muito finas e quase invisíveis) de tendência geométrica nos esteios, e um possível vestíbulo. Incluía uma estrutura de condenação (fecho do sepulcro) monumental, em várias camadas, e por vezes utilização de grandes lajes, que mostrava bem a importância arquitectónica e ritual de tal condenação. Quanto a cronologia, podemos dizer que as mamoas 2 e 3, contíguas uma à outra, mas de dimensões bem contrastadas, datam dos fins do Vº, inícios do IVº milénio a. C.

A área intervencionada integra-se no território abrangido pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês, que apoiou os trabalhos, bem como a Câmara Municipal de Melgaço.

Não nos podemos esquecer de que nos encontramos numa área de fronteira, contígua à da Galiza, onde este património comum pode futuramente permitir a realização de investigações, exemplares, de colaboração luso-galaica.

Estamos de facto, em Castro Laboreiro, perante uma das mais interessantes "reservas" para os estudos megalíticos na Península. Almeja-se, assim, um dia, retomar os trabalhos de campo, em ambiente de franca participação de colegas de ambos os países (e até de outros parceiros europeus). E o que foi "fronteira" passará, desse modo, a ser lugar de encontro, de troca de experiências, de valorização de recursos colectivos. Um sítio vivo, útil às populações locais e aos visitantes, no seu reencontro com uma história milenar.

25. Arqueologia pré-histórica em Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)

Em 1997 retomaram-se as campanhas regulares de escavações pré-históricas na zona de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa. A partir de 1998, tais trabalhos incidiram não só sobre o Castelo Velho de Freixo de Numão (investigado desde 1989 sob a direcção de Susana O. Jorge), mas também sobre o sítio, aparentemente análogo, mas bastante maior, de Castanheiro do Vento, já na freguesia de Horta do Douro (a c. de 11 km. para oeste do primeiro).

O Castelo Velho está datado da Idade do Cobre (3º milénio a. C.) e do Bronze Antigo e Médio (1ª metade do 2º milénio a. C., até c. de 1.300 a. C.). O Castanheiro do Vento deve ser aproximadamente contemporâneo daquele (como indicam os materiais encontrados), mas, até agora, as pesquisas efectuadas incidiram sobretudo em estruturas calcolíticas.

O Castelo Velho fica situado nas imediações da vila de Freixo, estando o seu acesso assinalado na estrada de Foz Côa para S. João da Pesqueira. Trata-se de um esporão de onde se vê Foz Côa, parte do vale do Côa, e, ao longe, Figueira de Castelo Rodrigo. É um autêntico miradouro sobre toda a região situada para sul e sudeste.

Contém um importante dispositivo arquitectónico, concebido para ser visto de longe (sobretudo de sul e de sudeste, nomeadamente do planalto em que actualmente se encontra V.^a N.^a de Foz Côa). Tal dispositivo consta de um recinto central, com torre e diversas estruturas, provido de numerosas entradas, e de diversas plataformas que se escalonam a diferentes cotas, para oeste, sul e este. Nestes lados, onde existe declive, o recinto central era maioritariamente separado da primeira plataforma por uma estrutura em forma de "rampa" inclinada, o mesmo acontecendo entre essa plataforma e a segunda.

Este sítio é, hoje, um dos locais pré-históricos do Norte de Portugal mais exaustivamente estudados.

Abundantes vasos cerâmicos, "pesos de tear" em cerâmica, materiais em pedra e em cobre, e até restos de fauna e ossos humanos (depostos em estrutura ritual) fazem deste sítio um ponto de visita obrigatória, nomeadamente para quem demanda o vale do Côa e as suas gravuras pré-históricas e proto-históricas.

Mas em torno de Freixo de Numão o visitante encontra todo um circuito arqueológico, e um Museu, na vila, por onde pode começar o contacto com esta realidade patrimonial. Ela é devida à acção persistente de uma associação, a ACDR de Freixo de Numão, e do seu presidente, o arqueólogo António Sá Coixão, que ao longo de vinte anos não se tem poupado a esforços para valorizar o imenso "arquivo" histórico que a zona constitui.

Tal como em Castelo Velho, em Castanheiro do Vento, já na freg. de Horta do Douro (a c. de 11 km para oeste), as estruturas visíveis são em xisto, por vezes bastante frágil, e ainda por cima utilizado pelas populações recentes como "local de abastecimento" em pedra para construção.

Os trabalhos neste local (dirigidos por mim, por João Muralha, por António Sá Coixão e, desde 2000, também por Leonor Pereira), miraculosamente salvo das máquinas de plantio de eucaliptos no último minuto, só se iniciaram, como disse acima, em 1998, mas já começaram a dar resultados extremamente interessantes para a pesquisa e para o património, apesar da minúscula parte do sítio até hoje estudada. Basicamente, temos um muro ou muralha (periférica em relação à zona mais elevada e monumental), com bastiões adossados no seu exterior (para já dois, A e B). O bastião A foi inteiramente escavado e tem um forma simples; o bastião B revelou-se, em contraste, uma estrutura complexa, que sofreu alterações durante a Pré-história, e que parece sobrepor-se a uma camada anterior. Está associado a lajes verticais em forma de toscas "estelas", tanto no seu exterior, como no seu interior.

Tradicionalmente, estes sítios são designados pelos arqueólogos como "povoados fortificados". Mas a verdade é que se trata muito mais de monumentos complexos, destinados a servir como dispositivos identitários, marcadores da paisagem, a quotas elevadas. Como hoje as nossas igrejas paroquiais e pelourinhos, eram locais de encontro e de troca, de marcação do espaço, isto é, sítios de referência no território, que deles podia ser observado e, como tal, "monitorizado" para fins de controlo, de defesa, de produção, numa palavra, de apropriação por parte de uma determinada comu-

nidade (o que portanto não excluía a dita defesa, mas a inseria num leque muito amplo sw actividades e intenções).

Do alto do Castanheiro do Vento, sobranceiro à localidade de Horta, enxerga-se uma larga paisagem sobre a ribeira da Teja, vendo-se, perto, o alto da Senhora do Viso e o Castelo de Numão (em ambos os sítios há vestígios pré-históricos).

Mas aquilo para que queria chamar a atenção é que, provavelmente, nesses locais a argila era o "material de construção" por excelência, e não apenas a pedra, agora mais visível, porque se conserva melhor.

A argila servia para terraplanar o solo, regularizando-o; para revestir as estruturas de provável armazenamento e de eventual habitação; e, muito provavelmente, os próprios "muros" que definem os espaços internos e externos destes sítios. Quando eles estavam em funcionamento, há 4.500 ou 4.000 anos, o "visitante" que deles se acercasse o que via, era, fundamentalmente, um local construído em argila. As pedras, aliás frágeis, porque o xisto local é muito friável e não resiste às diferenças de temperatura, eram apenas o "esqueleto" de um "corpo" em barro. E isto, parecendo um por menor de somenos, tem muita importância. É todo o "design" dos locais que muda, se assim pensarmos. Os arquitectos pré-históricos devem ter mobilizado uma considerável força de trabalho para trazer para ali quantidades incríveis de argila, que servia de aglutinante, mas também, como disse, como elemento de revestimento. Estamos talvez perante uma verdadeira "civilização do barro", que não servia apenas para os vasos cerâmicos... mas era o que permitia manter, e tornar utilizáveis, estes locais majestosos, hoje ermos, mas magníficos ainda na sua ruína.

Eles têm uma história, que os arqueólogos estão a tentar perceber paulatinamente.

Entretanto, têm decorrido importantes trabalhos no complexo arqueológico do Prado, junto a Freixo de Numão, o qual tem uma ocupação muito remota, do Neolítico antigo (talvez do 6º, 5º milénios antes de Cristo) e mesmo anterior, para além da romana e medieval.

26. O Porto e a Arqueologia

O Porto tem sido inovador, nas últimas décadas, em matéria de interesse pela arqueologia e pelo património cultural em geral. Dou apenas alguns exemplos, de entre os muitos que conheço melhor.

Logo em 1974 foi criado o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, embrião de uma componente (secção de Arqueologia) do actual Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) daquela Escola, o primeiro departamento que na mesma se constituiu. Este Departamento, na sequência do ex-Instituto de Arqueologia da FLUP, publica regularmente a revista "Portugália - nova série" (último volume publicado: XIX/XX, correspondente a 98/99).

Em 1976, um grupo de estudantes da Faculdade de Letras fundou o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, o qual haveria de editar, a partir de 1980, a revista "Arqueologia", que pro-

fundamente marcou essa década (vols. 1-20), revelando uma plêiade de jovens autores. Por um tempo menos dinâmica, eis que reaparece em 1999, agora com periodicidade anual (foram já publicados os vols. 24, desse ano, e 25, de 2000).

Em 1978 iniciaram-se as escavações de um dos primeiros projectos de "arqueologia espacial" do nosso país, o do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (CASA), a que acima me referi.

No mesmo ano (78/79) começou a funcionar na FLUP a variante de História da Arte e Arqueologia do curso de História; a qual, uns anos mais tarde (81/82), se dividiu em duas variantes, permitindo à Arqueologia independentizar-se.

Toda essa evolução possibilitou o gradual aumento do corpo docente, que actualmente conta com 10 arqueólogos, 8 dos quais doutorados. Infelizmente, a morte accidental e trágica do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em 1996, roubou-nos aquele que era de algum modo o "alma" deste sector da FLUP; mas os outros estão activos em vários âmbitos, abarcando desde a Arqueologia Pré-histórica até à Arqueologia Moderna e Contemporânea.

Em 1989/90 a FLUP iniciou a leccionação do primeiro mestrado de Arqueologia do país, que tem funcionado ininterruptamente até hoje, tendo já "produzido" umas seis dezenas de diplomados. Entretanto, viria a criar-se o curso de pós-graduação em Museologia, que actualmente corresponde a uma das secções do DCTP.

Em 1985, um grupo de sócios (maioritariamente docentes da U.P.) iniciou a dinamização da tradicional Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAÉ), melhorando significativamente o nível da sua revista, "Trabalhos de Antropologia e Etnologia". Actualmente, é uma publicação periódica inter e transdisciplinar, que abarca a totalidade do campo das ciências sociais e humanas, e que se publica semestralmente.

Embora a U. P. não disponha ainda de uma licenciatura em Antropologia, a verdade é que o DCTP da FLUP tem prevista, na sua estrutura orgânica, uma secção de Antropologia, que seria de toda a conveniência implementar, dadas as tradições neste domínio de que, indiscutivelmente, o Porto se pode orgulhar, desde o séc. XIX.

Em 1993, a SPAÉ organizou na FLUP - e com a empenhada colaboração desta - o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (c. de 800 participantes), de que resultaram 8 volumes de Actas (c. de 4.500 pp.). Quando se pensa que o último (4º) Congresso Nacional de Arqueologia ocorreu em Faro, em 1980, e que dele se não publicaram os resultados, o contraste é abissal. Creio que o 3º CAP, ce-lebrado na UTAD em Setembro de 1999, e organizado pela ADECAP (Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular), em colaboração com aquela Universidade, foi digno sucessor do do Porto; a ele voltarei a referir-me adiante.

Entretanto, e como se disse, em 1999/2000 começou na FLUP a primeira licenciatura em Arqueologia do país, com uma forte componente prática e, portanto, com uma grande responsabilidade na formação das futuras gerações de arqueólogos de que o país tanto carece.

27. O 3º Congresso de Arqueologia Peninsular

O 3º Congresso de Arqueologia Peninsular realizou-se nas instalações da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro entre 21 e 25 de Setembro de 1999, tendo os dias 26 e 27 sido consagrados a visitas de estudo.

A ADECAP e a UTAD foram as organizadoras do congresso.

Durante o mesmo foi lançado o vol. 1 do "Journal of Iberian Archaeology"(1999), editado pela ADECAP, entre outras publicações.

Acorreram a Vila Real cerca de 800 pessoas, e a sessão de encerramento contou com a presença de S. Exa o Sr. Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, cujo discurso foi publicado no 1º volume de Actas.

No Museu Municipal de Vila Real esteve patente uma exposição de fotografia. No dia 24, à tarde, o congresso ofereceu uma excursão a Murça (sítio do Castro de Palheiros), seguida de jantar.

Funcionaram umas 30 sessões temáticas, coordenadas por especialistas, maioritariamente portugueses e espanhóis.

Foram as seguintes as principais conclusões e recomendações do congresso:

"1 - Atravessamos um período de intenso desenvolvimento, em vários sentidos, na arqueologia peninsular. Esta deixou de ser uma actividade esotérica, ou fechada sobre si mesma, para se tornar uma necessidade cultural essencial à sociedade, à constituição da sua identidade, da sua memória, e, por conseguinte, à realização do seu futuro.

2 - É fundamental, para os arqueólogos dos dois países, unirem cada vez mais estreitamente os seus esforços, quer na pesquisa de problemas comuns ao solo ibérico, quer na afirmação da sua profissão e na consciencialização pública do seu papel como agentes de um desenvolvimento que tenha em conta os valores identitários dos territórios e das populações, tanto ao nível local, como no plano regional e nacional. Torna-se óbvio que a internacionalização da arqueologia peninsular passa necessariamente por uma mais intensa colaboração entre especialistas dos dois países, trabalhando em pé de igualdade.

3 - A tendência para a "arqueologia de emergência" (ou "de salvamento") se sobrepor à "arqueologia de investigação" é um perigo real. É pois necessário estabilizar equipas de pesquisa, através da dotação de meios financeiros e humanos adequados à sua missão. Em vez de estarem desarticuladas, a investigação e a gestão do património, feitas em relação estreita com outros agentes de transformação do território, são duas faces da mesma moeda, que é crucial conjugar.

4 - Causa apreensão a desigualdade de meios entre regiões e equipas diferentes, correndo-se o risco de uma "arqueologia a duas velocidades", com alocação de recursos já significativos a sítios ou áreas "emblemáticas", e menorização de outros sítios, áreas ou temas que merecem igual investimento. Impõe-se uma muito maior articulação de organismos do Estado entre si (em Portugal, por ex., Ministérios da Cultura, do Planeamento, da Ciência e do Ambiente, entre outros), e destes com

entidades públicas e privadas, através de parcerias. É óbvio que essa articulação se faz melhor ao nível regional, descentrando ou desconcentrando serviços, descentralizando decisões, e envolvendo os poderes regionais e autárquicos, por forma a melhor cobrir o território de uma rede de técnicos e de intervenções que estejam perto das situações reais que quotidianamente ocorrem, e passam despercebidas às entidades centrais, elas próprias carecidas de meios para acorrer a todo o lado. Se em cada região, autónoma (caso da Espanha) ou não (caso português) importa articular em rede unidades de investigação, gabinetes autárquicos de arqueologia, associações de defesa do património, é também importante que os dois Estados prossigam uma política de cooperação neste domínio, que sirva os interesses - nomeadamente culturais e turísticos - da Península no seu conjunto."

Até Dezembro de 2000 foram já editados 4 (com um total de c. de 2.250 páginas) dos 10 volumes de Actas que irão resultar deste congresso. Não é preciso acrescentar mais nada...

28. A propósito de revistas

As revistas de arqueologia, em Portugal, não têm vida fácil. Mas são fundamentais para dinamizar este campo de pesquisa e de cultura histórico-patrimonial. "O Arqueólogo Português", criada por Leite de Vasconcelos em Lisboa, é sem dúvida a mais vetusta. "Conimbriga", da Faculdade de Letras de Coimbra, durante muito tempo votada à arqueologia romana, e hoje de temática mais abrangente, é uma das mais prestigiadas também.

Uma das mais recentes é o "Journal of Iberian Archaeology", começado a publicar no Porto, pela ADECAP, em 1998; utiliza exclusivamente o inglês, língua que considera ser um veículo essencial para a divulgação mundial da arqueologia peninsular. Tendo sido publicados três números até ao momento (0, 1 e 2), eles têm sido alvo de recensões críticas favoráveis, e creio que se está a impor no meio arqueológico internacional, a que se dirige.

Em fins de 2000 foi publicado mais um número (9º, da 2ª série) de uma revista de uma associação de Almada, que granjeou um lugar de destaque no panorama da arqueologia portuguesa: "Almadan", editada pelo Centro de Arqueologia de Almada e dirigida por Jorge Raposo. Arqueologia, património, história local, são os âmbitos que se propõe tratar - e é de elogiar, pela qualidade e pertinência que tem, e pelo esforço colectivo que significa.

Talvez estimulada pelo aparecimento da revista "Arqueologia", no Porto, em 1980 (editada pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto - e de que também há pouco apareceu o vol. 25), a "Almadan" conheceu uma primeira série durante a primeira metade dos anos 80 (1982-1985). Mas foi realmente nos anos 90 que a revista de Almada ganhou o seu maior fôlego, tendo já editado, desde 1992, nove volumes (um por ano), cada um deles contendo um "dossier temático".

O penúltimo (8º, de 1999) é consagrado à "Arqueologia portuguesa no séc. XX", e chama muito

justamente a atenção para a escassez dos estudos feitos até hoje sobre a história desta disciplina/actividade em Portugal. O último (9º) é consagrado à arqueologia da região do Porto, tendo mesmo sido lançado nesta cidade. Pode dizer-se que a "Al-madan" veio, na década de 90, ocupar o "posto cimeiro" - no âmbito da divulgação de qualidade da Arqueologia em Portugal - que a "Arqueologia" tinha tido nos anos 80 (e que espero que agora recupere, pois há claramente "espaço" para a existência destas duas revistas, e até de outras, entre nós).

Qualidade gráfica, multiplicidade de informações de todo o tipo, incluindo reuniões científicas, publicações recentes, debates de ideias - de tudo a "Al-madan" tem um pouco, fazendo dela um instrumento de trabalho muito útil para quem queira conhecer o panorama actual da nossa Arqueologia.